

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA – LICENCIATURA

Leonardo Sodré Lima

A MONARQUIA DE ISRAEL:

Um Caso Singular de Realeza.

Porto Alegre
1º Semestre
2018

Leonardo Sodré Lima

A MONARQUIA DE ISRAEL:

Um Caso Singular de Realeza.

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de História – Licenciatura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Zalewiski
Vargas

Porto Alegre
1º Semestre
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Lima, Leonardo
A Monarquia de Israel: Um Caso Singular de
Realeza / Leonardo Lima. -- 2018.
53 f.
Orientador: Anderson Zalewiski Vargas.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em
História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Israel. 2. Bíblia. 3. Monarquia. 4. Antigo
Oriente Próximo. 5. Deuteronômio. I. Zalewiski Vargas,
Anderson, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo aos meus pais, Luiz Lima e Nadir Sodré, em especial à minha mãe por tudo o que tem feito por mim, todo o apoio, todo o zelo, a educação, às broncas, à motivação, aos seus conselhos e cuidados, ao seu exemplo de lutadora.

Sou grato a meu irmão Maxweel e à minha cunhada Loreci.

Gostaria de mencionar meus tios Mauro Sodré e Luiz Ney Sodré.

É importante citar Jussara Nicolait.

Amigos como Amonrá J. Santos e Jéssica Nucci, hoje um tanto distantes, mas sempre no coração.

Sou grato aos professores que tive na Educação básica: Fabiana Meira (História), Jane (Português), Marta Dornelles (História), Antônio Esperança (Matemática).

Agradeço a dois dos chefes que tive: André e Guilherme

Colegas de trabalho e amigos com que passei momentos muito bons: Rafael Bragagnolo, Yanka Fleck, Rochelle Alves, Luinê Morem e Emilly Lunardi.

Karitha Soares, Bruna Clavé, Po Tira, Gabriel Dornelles, Ricardo Ronchetti, Samuel Passos, Maria Tereza Blanco, Everson Veiga, Murilo Vergara, Gabriel Pavani, Gabriel Leiria, Nelson Perusato, Gustavo Pereira, Ana Paula Sometes, Daniel Tietz – colegas e amigos de curso.

Rodrigo de Miranda, um colega inspirador.

Amigos que me incentivam bastante hoje e pelos quais eu não esperava: Jéssica Bandeira e Daniel J.P.

Faço menção à Édna Teixeira, “filha do vento”.

Agradeço aos irmãos Maicon Barbosa e Felipe Barbosa e ao pai de ambos, o Seu Jorge, pois eles têm o legado da “Good Vibe.”

Sou grato a Gisele Raditsch pela especial amizade e parceria que temos. Ela sugeriu melhorias importantes neste trabalho.

Gostaria de citar “Os Rodinhas”, Lucas e Bruna, amigos recentes.

A Juliano Sabino e Greice Lunardi e a Mauricio Vaz e Greice Hochmüller.

Juliano e Maurício, meus amigos-irmãos, que me acompanham há anos nesta jornada da vida.

O Mauricio me ajudou neste trabalho com importantes contribuições e incentivo e o Juliano vai ler o resultado disso depois.

Agradeço pelo auxílio de Humberto, cuja contribuição acerca da fonte viabilizou a realização do estudo que segue ao longo destas páginas.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Anderson, por todo o apoio e motivação que recebi dele ao longo deste curso.

Agradeço à universidade e a todos os que nela trabalham.

Finalizo agradecendo a todos os profissionais da saúde pública e da educação pública que sempre me atendem muito bem. Precisamos de saúde e educação, públicas, e de qualidade.

RESUMO

Este trabalho aborda a singularidade da monarquia israelita, a qual sofreu vigorosa oposição por seu caráter supostamente maléfico. Atenta para o conceito de monarquia do Antigo Oriente Próximo, fundamentado na relação templo-palácio, além de pensar o uso da Bíblia como fonte histórica.

Palavras-Chave: Israel, Bíblia, Monarquia, Antigo Oriente Próximo, Templo-Palácio, Davi.

ABSTRACT

This work addresses the uniqueness of the Israeli monarchy, which was strongly opposed by its supposedly malefic character. Attentive to the concept of monarchy of the Near East, based on the relation temple-palace, besides thinking the use of the Bible like historical source.

Keywords: Israel, Bible, Monarchy, Ancient Near East, Temple-Palace, Davi.

SUMÁRIO

Introdução	7
1. Apresentação Teórica e Metodológica	13
1.1. Metodologia para a Leitura da Fonte	13
1.3. Bíblia e História	19
2. A Bíblia como fonte Histórica	23
2.1. Bíblia como Documento e Monumento	23
2.2. A História Presente na Bíblia	25
3. Monarquia Israelita	27
3.1. Dos Juízes à Realeza	27
3.2. Monarquia Unida de Israel	29
3.3. A Realeza como o Mal	34
Conclusão	47
Referências	51
Anexo	53

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo da instituição da Monarquia no Antigo Israel - séculos XI a VI a.C. - considerando os relatos da Historiografia Deuteronomista, bem como o seu contexto de produção. Conforme a narrativa bíblica, o juiz Samuel recebeu dos anciãos do povo o pedido de que houvesse um rei para Israel, assim como nas demais nações. A Realeza Israelita, portanto, não teria sido resultado de uma ordem divina. Teria partido de uma decisão das lideranças do povo. Diferente da maneira como se deu na Suméria e no Egito, nos quais a instituição monárquica teve sua origem e sua continuidade apoiadas na religião, nos sacerdotes e nos deuses.

Segundo a Bíblia, Samuel tinha uma conduta reta, mas seus filhos não seguiam o seu exemplo. Ele já estava em idade avançada, e não havia quem o substituísse à altura. Havia, também, a ameaça militar do povo filisteu. Israel buscou, com a monarquia, uma organização política para formar um exército que enfrentasse os inimigos, consolidando a posse da “Terra Prometida”.

Conforme podemos ler em I Samuel capítulo 8, versículos 10-18, Yahweh (Deus de Israel) alertou a Samuel dos prejuízos advindos com o estabelecimento da monarquia, e que o povo iria pagar pesados impostos. Mas, por que a monarquia seria tão prejudicial? Por que a monarquia representa o mal? Mesmo assim, Yahweh orienta Samuel a atender a solicitação do povo. Então, é importante estudar essa natureza, esse caráter “pecaminoso”, associado ao “mal”, até mesmo “antinatural” e, portanto singular, da Monarquia Israelita frente às “outras nações” que tinham a realeza como algo típico.

Saul, Davi e Salomão reinaram sobre Israel. Sob o reinado de Roboão, filho e sucessor de Salomão, ocorreu o cisma das tribos. Judá e Benjamin formaram o reino de Judá, ao Sul. Ao Norte, formou-se o reino de Israel com as outras dez tribos.

Também se buscará pensar a Bíblia como fonte histórica para o estudo do Antigo Israel, cujo início da compilação pode ter-se dado justamente no período monárquico. Falar em monarquia parece algo ultrapassado. Mas por que houve um referendo em nosso país na década de 1990, que colocou a monarquia em pauta? Hoje, frente à crise política na qual se encontra o Brasil, há os que voltaram a defender a via monárquica como alternativa. Então, a monarquia é, portanto, uma temática da atualidade.

Sabemos, por meio do estudo da História, a importância que a Instituição monárquica tinha na Antiguidade como forma de organização política. O ponto alto de Israel neste período, como povo soberano, de posse de um território estratégico, compreendendo o norte do Delta do Nilo e uma considerável faixa oeste para o Mar Mediterrâneo se deu no período monárquico.

Portanto, é bastante pertinente estudar tal objeto para a compreensão da História Antiga de Israel, povo que legou o monoteísmo à civilização ocidental. Foi um processo de transição de pastores nômades a agricultores sedentários. De fato, remontam a essa época a construção de cidades, conhecida com “Revolução Urbana.”

O trabalho de pesquisa em questão utilizará a Bíblia como fonte histórica. É importante destacar que esta coleção de livros nunca pretendeu ser um livro de história, mas sim um conjunto de ensinamentos para fins religiosos ou de edificação espiritual. A Bíblia tem características que a enquadram como documento por conter informações históricas, assim como um monumento, como uma obra de referência, contribuindo na formação do caráter da sociedade ocidental. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003 p.23).

O primeiro capítulo aborda questões teórico-metodológicas, quanto à leitura da Bíblia como fonte para a pesquisa histórica, bem como o conceito de monarquia no Antigo Oriente Próximo. O segundo capítulo trata da possibilidade de usar a Bíblia como fonte histórica para a história do Israel antigo. O terceiro capítulo analisa a Monarquia Israelita, apresentada em certas partes do texto bíblico, destacando o juízo negativo que acompanha sua criação, além de pensar suas implicações, levando em consideração pesquisas com a narrativa e estudos com fontes extrabíblicas.

Assim, para pensar a Bíblia¹ como fonte histórica, (VAN SETERS, 2008, p.21). faz importantes considerações, atentando para a complexidade que as tradições adquirem em uma cultura letrada. Pois, considerando que há registro escrito, as histórias fundadoras dos povos ficam mais densas ao longo do tempo. Trabalha as formas pelas quais textos produzidos por antigas civilizações podem ser úteis para a historiografia.

¹ A Bíblia de Jerusalém foi tomada como referência para esta pesquisa.

A. Leo Oppenheim, reforça o aspecto do sistema tributário, no qual as aldeias das periferias das cidades entregam a estas ultimas os seus excedentes. (2010, pp.106 e 107). O Palácio era morada do rei e de sua corte. O templo era o espaço de uma elite sacerdotal. Ambos funcionavam com um corpo de burocratas e arrecadavam tributos. Nenhum deles produzia alimento, somente recebiam. Fato que ilustra a dependência orgânica daquela sociedade.

Apointa que Israel, durante a monarquia, pode ter se preocupado com a escrita da história do povo, dando corpo ao que chamamos hoje de Antigo Testamento. (VAN SETERS, 2008, p.227). Além disso, menciona as duas tradições de escrita da época: a Deuteronomista e a Javista. Também são feitas análises quanto às interpolações entre as tradições de escrita para a composição do texto bíblico. (VAN SETERS, 2008, p.232 e 233).

Os aspectos salientados por esses autores serão tomados como referenciais teórico-metodológicos para o entendimento da Realeza em Israel, momento no qual a estrutura social, que era tribal, passa por uma transformação baseada na organização em torno de um Estado.

A Bíblia de Jerusalém foi tomada como referência para esta pesquisa, uma vez que sua tradução para o português, bem como sua edição com relevantes informações nas notas de rodapé, é bem-conceituada por críticos, tanto no âmbito religioso quanto entre os acadêmicos que possam ter interesse em tê-la por fonte de estudo.

O Pentateuco

O Pentateuco, do grego "os cinco rolos", é composto pelos cinco primeiros livros da Bíblia, chamado de Torá pelos judeus, palavra hebraica usada para referir-se à instrução, à lei. Os cinco livros de Moisés são chamados em hebraico de Torá (também "Torá de Moisés"). Seria mais apropriado traduzir este termo por "orientação" do que por "lei." A Torá é originalmente a exortação dos pais ou a instrução do sacerdote num caso concreto. Só mais tarde o termo assume o significado genérico de "(livro da) lei", que abrange todas as normas e está associado ao nome de Moisés. A sua ampliação semântica definitiva para designar o complexo total dos cinco livros de Moisés não se verifica ainda no Antigo Testamento, mas sim no Novo. (SCHMIDT, 1994, p.46 e 47)

A designação greco-latina “*pentateuchus* (o livro guardado) em cinco vasos,” reflete o costume antigo de transcrever textos mais extensos não em forma de livro, mas em rolos de papiro ou couro e guardar estes em recipientes especiais. Já que não se conseguia manusear um rolo muito volumoso, tonou-se decerto necessário dividir toda a obra. A divisão em cinco partes deve ter ocorrido relativamente cedo. Ela já se encontra na *Septuaginta*, a tradução grega do AT (século III a.C.), e ocasionou mais tarde uma divisão correspondente do Saltério em cinco livros. (SCHMIDT, 1994, p.49)

Os usos característicos da terminologia geográfica, dos símbolos e dos papéis religiosos e dos papéis desempenhados pelas várias tribos nas duas fontes, convenceram os estudiosos de que o texto *J* tinha sido escrito em Jerusalém e representava a perspectiva da monarquia unificada, ou do reino de Judá, presumivelmente no tempo do rei Salomão (c.970 a 930 a.C.) ou logo depois. Da mesma maneira, o texto *E* parecia ter sido escrito no norte e representava a perspectiva do reino de Israel; sua redação pode ter ocorrido durante a vida independente daquele reino (970-720 a.C.). O livro do Deuteronômio, em sua mensagem e estilo característicos, parecia ser um documento independente, *D*. E entre a seções do Pentateuco que não podem ser atribuídas a *J*, *E* ou *D*, existia grande número de passagens tratando de assuntos rituais. Com o tempo, essas passagens foram consideradas parte de um longo tratado, chamado *P*, ou a fonte sacerdotal (priestly em inglês), que mostra especial interesse na pureza, no culto e nas leis do sacrifício. Em outras palavras, os estudiosos gradualmente chegaram à conclusão de que os primeiros cinco livros da Bíblia, tal como agora são conhecidos, eram resultado de complexo editorial, no qual documentos das quatro fontes principais – *J*, *E*, *P* e *D* – foram combinados com habilidade e editados por escribas compiladores ou redatores, cujos traços literários, chamados por alguns estudiosos de passagens ‘*R*’, consistiram de sentenças transacionais e apartes editoriais. Dessas redações, as mais tardias aconteceram no período pós-exílio. (SCHMIDT, 1994, p.51).

De modo geral, os minimalistas consideram que não há uma história acadêmica de Israel. Philip Davies, por sua vez trabalham com a hipótese de “três israelis” Segundo ele, existe um Israel literário (o Israel da Bíblia) outro histórico (a população que habitou parcela do território palestino durante certo tempo da Idade do Ferro e, por fim, o “antigo Israel”, fruto do cruzamento entre os dois primeiros. (BERLESI, 2008, p18).

Contudo, entre os minimalistas existem significativas divergências. Há quem considere ser impossível a elaboração de uma história de Israel baseada, principalmente, nas

evidências arqueológicas e extrabíblicas, minimizando, assim, o papel dos escritos veterotestamentários, pois estes circulam longo tempo na oralidade até o momento de sua fixação por escrito. Desse modo, os minimalistas optam por utilizar fontes contemporâneas aos eventos a serem reconstruídos. (BERLESI, 2008, p18)

Um elemento importante refere-se ao fato de que o método histórico-crítico constitui-se de vários métodos de análise de um determinado texto. Os passos essenciais do referido método residem na tradução, crítica textual, crítica literária, história traditiva, história redacional, história da forma, história temática, análise de detalhes, conteúdo e escopo. (BERLESI, 2008, p20)

Em princípio os maximalistas se caracterizam por assumirem uma postura de defesa da narrativa bíblica. Entretanto, o termo é também utilizado para fazer contraponto aos minimalistas. De certa forma, os pesquisadores de postura maximalista podem ser também classificados como fundamentalistas, pois em seus estudos deixam transparecer nitidamente um sentimento religioso conservador. (BERLESI, 2008, p45)

As obras de autores que assumem uma postura de defesa da narrativa bíblica são geralmente uma simples paráfrase do texto religioso ou uma tentativa de comprovar cientificamente os fatos bíblicos. Contudo, alguns pesquisadores proclamam a infalibilidade da Bíblia, sendo assim, é sempre a evidência científica que deve se moldar ao testemunho religioso. (BERLESI, 2008, p45)

O Deuteronômio

Esta palavra das escrituras constitui ao mesmo tempo a primeira parte fundamental da confissão de fé hebraica, do Shemá: (“Ouve, ó Israel: Yahweh, nosso Deus, é o único Yahweh. Portanto, amarás a Yahweh teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força”).(Dt 6,4s.) O “Deuteronômio”, considerado “segunda lei” (sendo a primeira a do Sinai) – o nome surgiu em razão da interpretação equivocada do termo “cópia da lei” em Dt 17,18 – trata de buscar aprovação do povo para tal lei. (SCHMIDT, 1994, p.119).

Ela resume o tema principal do Deuteronômio: doação exclusiva ao único Deus. Provavelmente não há outro livro no Antigo Testamento que, por um lado, fale com tanta intensidade do amor de Deus e que, por outro lado convoque o ser humano em contínuas exortações para que ame a Deus e desfrute de suas dádivas. Este livro teve significativo destaque na vida do povo, marcando em grande parte o Antigo Testamento. Tendo como referência o Deuteronômio, surgiu a Obra Historiográfica Deuteronomística (= OHD) e a redação deuteronomística (dtr), uma revisão do pentateuco e na escrita dos livros proféticos tradição profética. O Deuteronômio implicou, ainda, na centralização do culto, sendo O Templo de Jerusalém, o local oficial. (SCHMIDT, 1994, p.119):

O esquema a seguir é uma lista que relaciona as redações com sua respectiva datação:

J = Javista – 950 a.C. – época de Salomão, antes da assim chamada divisão do reino, 926 a.C.

E = Eloísta 800 a.C. – antes do assim chamado profetismo escrito, especialmente Oséias

D = (Proto)Deuteronômio aproximadamente século VII a.C. – começo antes da reforma do Rei Josias, 622 a.C.

P = Escrito Sacerdotal – 550 a.C. – exílio, complementações na época pós exílica.

Capítulo 1 – Apresentação Teórica e Metodológica

Este capítulo aborda conceitos teórico-metodológicos importantes a considerar para uma análise adequada, tanto no emprego da Bíblia como fonte histórica, como na definição de monarquia no Antigo Oriente Próximo, o qual se diferencia de outros modelos de realeza em diversos períodos históricos.

1.1 - Metodologia para a leitura da fonte.

A Bíblia conta a saga dos hebreus. É importante destacar que o termo Bíblia refere-se, nesta pesquisa, ao Antigo Testamento, escrito em hebraico e aramaico (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.17). A narrativa inicia com a Criação, o Jardim do Éden, passa pelos Patriarcas, nos fala do Êxodo, da conquista da Terra Prometida, aborda o período da Monarquia, em seguida o Cisma das tribos, a queda de Israel e de Judá, o Cativo da Babilônia, o retorno autorizado por Ciro da Pérsia e a reorganização da comunidade israelita em torno da crença em Yahweh, o Deus de Abraão, o Deus de Isaac, o Deus de Jacó.

A Bíblia sem dúvida é uma das obras formadoras do caráter da sociedade ocidental, tendo exercido grande influência ao longo dos séculos. Passou por inúmeras traduções, cópias, além de interpolações de redatores de diferentes tradições de escrita, tais como a Javista, a Eloísta, a Sacerdotal e a Deuteronomista.

A tradição Javista menciona o tetragrama (*YHWH* - יהוה) para referir-se à Divindade e está ligada aos anseios do Reino de Judá, ao Sul. A tradição Eloísta, por sua vez, usa o termo Elohim para fazer menção a Deus e transpõe os objetivos do Reino de Israel, ao Norte. A tradição Sacerdotal aborda questões acerca dos rituais, ofertas, sacrifícios, bem como a forma adequada de prestar culto. A tradição deuteronomista aborda temáticas de cunho moral, como a Lei e os Mandamentos e parece ter sido resultado de uma reforma religiosa no Reino de Judá – Século VII a.C. – sob o reinado de Josias. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.25).

Acredita-se que a narrativa primeiro tenha sido um conjunto de memórias preservadas de forma pontual, (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.29), circulando na oralidade e, posteriormente, fixada na escrita, sendo a maior parte redigida no período monárquico.

(FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.29). Israel constituído como Estado preocupou-se em sistematizar a sua história, e legitimar seu governo.

Dessa forma, ainda com modificações, interpolações e gêneros de escrita que vão da fábula até textos jurídicos ou de recenseamento ou administrativos, a Bíblia apresenta traços culturais da sociedade que a produziu. Assim, não importa se o Mar Vermelho abriu para a passagem do povo, liderado por Moisés (Êxodo 14, 21s.), ou se as muralhas de Jericó desmoronaram ao som das trombetas do exército de Josué (Josué 6, 1-21). O importante, neste trabalho, é a narrativa bíblica como herança cultural dos hebreus, com as impressões do referido povo, existentes no texto bíblico.

Frente a isso, entende-se que pode não ser fiel aos fatos que narra; contudo, fornece indícios e informações significativas sobre o seu contexto de produção. Portanto, auxilia a descrever a cultura e a sociedade do povo que o produziu. (BERLESI, 2008, p.13)

Há três escolas ou tradições de estudiosos que se dedicam à História Antiga de Israel: os Minimalistas; os maximalistas; a Escola Histórico-Crítica. Os Minimalistas acreditam que, para fazer o estudo da História de Israel na Antiguidade, deve-se recorrer exclusivamente a fontes extrabíblicas, especialmente a dados oriundos de pesquisas arqueológicas. Os Maximalistas, de seu lado, não apenas defendem o uso dos textos bíblicos, como procuram confirmar a veracidade da narrativa, usando fontes extrabíblicas para este fim. Os exegetas histórico-críticos anisam a fonte criteriosamente, com a ideia de que a narrativa contém memórias que são historicamente confiáveis. (BERLESI, 2008, p. 9.) Pesquisadores minimalistas afirmam que “já não se pode trabalhar dentro das categorias de verdade e ficção” quando se estuda o Israel antigo. Nesse sentido, Mário Liverani aponta que na realidade presente há um grande fluxo de informação instantânea, a qual leva a duvidar da existência do fato. (BERLESI, 2008, p.17). Quanto à narrativa bíblica, esse mesmo autor - Mário Liverani (2008) - aponta que ela pode ter sido inicialmente escrita depois do exílio babilônico. (LIVERANI, 2008, p. 15).

Nesse intuito de reconstituir-se como nação, houve um esforço no sentido de afirmar os aspectos fundantes como o território, o templo, o reino unido, o monoteísmo, a lei, a guerra santa, sob o signo de um povo escolhido e, portanto, especial. (Mário Liverani, 2008, p.15) Dessa forma, é importante submeter a narrativa a uma crítica literária. Menciona ainda que se devem considerar resultados de pesquisas arqueológicas, sem medo de afastamento em relação à narrativa. (LIVERANI, 2008, p.14).

Barstad, por sua vez, defende que é necessário se acostumar a uma história com diferentes verdades, marcada pela multiplicidade de métodos. Além disso, o referido pesquisador afirma que o futuro pertence à história narrativa. (BERLESI, 2008, p.18)

Os minimalistas consideram que não há uma história acadêmica de Israel. Para Philip Davies existem “três Israéis.” Existe um literário (Israel da Bíblia), outro histórico (a população que habitava o território palestino durante certo tempo da Idade do Ferro), e, por fim, o antigo Israel, fruto do cruzamento entre os dois primeiros. (BERLESI, 2008, p18)

Contudo, entre os minimalistas existem significativas divergências. Há quem considere ser impossível a elaboração de uma história de Israel baseada em,principalmente, evidências arqueológicas e extrabíblicas, minimizando, assim, o papel dos escritos veterotestamentários, pois estes circulam longo tempo na oralidade até o momento de sua fixação por escrito. Desse modo, os minimalistas optam por utilizar fontes contemporâneas aos eventos a serem estudados. (BERLESI, 2008, p18)

Josué Berlesi enfatiza que a ideia de Israel como sendo “o povo escolhido” influenciou maior parte da produção historiográfica sobre os antigos hebreus. A Bíblia sempre foi considerada fonte principal para o estudo do Israel antigo. As recentes pesquisas minimalistas contestam esse posicionamento. Hoje o uso da Bíblia como fonte histórica é questionado “e ainda mais alarmante” existem dúvidas até mesmo se é possível fazer um estudo histórico de Israel. Em vez de usar o termo história de Israel, estão propondo a nomenclatura “História do Levante” ou “História da Sírio-Palestina”:

Segundo Hobsbawn, tendo em vista que a história pode ser (mal) usada para inúmeras ações, torna-se importante tentar estabelecer a diferença entre fato e ficção, embora, muitas vezes, não seja uma tarefa fácil. No que concerne à história dos hebreus, o relato bíblico tal como se apresenta, ou seja, sem interpretação crítica é utilizado como suporte para o argumento sionista, o qual reivindica a posse do Estado de Israel apenas para os judeus. Hobsbawn defende a ideia de se tentar estabelecer a fronteira entre o acontecimento e o fictício, uma vez que a história pode ser usada para legitimar ações políticas de diferentes cunhos (BERLESI, 2008, p.15)

Josué Berlesi também menciona que uma história dos hebreus pautada nos textos bíblicos segue com força. A escola americana é conduzida pelos discípulos de Albright, tendo sua principal base no estado do Texas. (2008, p.12) Tais pesquisadores podem ser considerados como conservadores. No entanto há estudiosos mais progressistas, influenciados por Martin Noth, um pesquisador, especialista nos estudos da Bíblia.

Pesquisadores que usam a Bíblia como fonte histórica ponderam que fontes extrabíblicas confirmam a veracidade da narrativa bíblica. Mas esta sofreu um processo de traduções e interpolações, “muitas vezes para atender às exigências de um pensamento religioso como é o caso da reforma feita pelo rei Josias.” (BERLESI, 2008, p.12)

Já quanto ao Método histórico-crítico, os teólogos cada vez mais parecem se aproximar de pensadores com Chartier e Ginzburg. Ao procederem desse modo, almejam combater o descrédito dos minimalistas no que se refere ao uso da Bíblia como fonte histórica. A Bíblia, por ser a representação escrita desse processo, deve servir de fonte para a reconstrução da história de Israel com enfoque na história cultural (BERLESI, 2008, p18)

Teólogos brasileiros se utilizam, por exemplo, de Roger Chartier, o qual afirma: “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto desmistificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Neste aspecto os pesquisadores defendem que através, mas não unicamente, dos textos bíblicos é possível analisar os diferentes momentos e formas pelos quais o povo de Israel “construiu, pensou e deu a ler a sua realidade social”. (BERLESI, 2008, p18)

Robert Alter e Frank Kermode (1997, p.13) propõem que se reveja o lugar da Bíblia e seu valor literário na cultura secular, argumentando que se perde bastante ao desprezar as Escrituras. Paralelamente, sugerem o emprego de técnicas da crítica literária secular aos textos bíblicos. Com isso, chegam a interessantes resultados como a desmontagem da narrativa. Nessa perspectiva, concluíram que há pelo menos dois grandes blocos que tratam do período monárquico: a) história da sucessão dinástica; b) história da ascensão de Davi. A primeira tem um forte cunho moral, com juízos de valor. O outro bloco tem um caráter épico (ALTER e KERMODE, 199, p.147). Dessa forma, os autores analisam as interpolações entre os referidos blocos narrativos, acrescentando que a história da monarquia encerrava o Antigo cânone hebraico. (ALTER e KERMODE, 199, p.399).

1.2 - Conceito de Monarquia no Oriente Próximo

No período da Idade do Bronze (3500-1150 a.C.), formaram-se diversos reinos no Antigo Oriente Próximo – Egito e Mesopotâmia. Tal organização política ocorreu após um processo de sedentarização, de desenvolvimento da agricultura com produção de excedentes.

Dessa forma, havia parte da população que podia ocupar-se com outros ofícios que não estavam relacionados à produção de alimentos: eram artesãos, burocratas, militares, sacerdotes e comerciantes, por exemplo.

Assim a sociedade converteu-se numa “Grande Organização”, usando o termo cunhado por Oppenheim (LIVERANI, 2008, p.100). A sociedade de especialistas, como também fora chamada, resultado da diferenciação e da estratificação social. Ao mesmo tempo, duas instituições foram de suma importância: o Templo e o Palácio. O primeiro ligado ao sistema de crenças e à vida religiosa, no qual estavam sacerdotes, administradores e artesãos. O segundo abrigava o rei e sua corte, bem como seus altos funcionários, burocratas, escribas, artesãos e chefes militares.

Ambos não produziam alimentos, no entanto arrecadavam grande parte do excedente agrícola, mediante a cobrança de impostos, de tal forma que a referida produção escoava da maioria produtora para um setor de especialistas que se dedicava a outras atividades. O rei governava com o auxílio de um aparato burocrático bem organizado, respaldado por um sistema de crenças e um universo simbólico, do qual provinha a legitimidade ideológica. Tal é o processo vinculado à formação do Estado nas antigas civilizações do Oriente Próximo com a instituição de leis, exércitos, burocracias, cobrança de impostos, ideologias e religiões oficiais.

Mario Liverani destaca o caráter organizativo da sociedade conformada a partir do Estado, bem como as relações entre o Palácio e o Templo. (LIVERANI, 2008, p. 100 e 106) O Estado implica na formação de uma sociedade complexa, estratificada, com diferenciação entre produtores de alimento, por um lado, e especialistas, burocratas e sacerdotes do outro. Palácio e Templo são conceitos importantes para fundamentar a análise a ser desenvolvida nesta pesquisa, uma vez que se tratam de instâncias nas quais se baseavam as estruturas político-administrativas do Oriente Próximo na Antiguidade.

A “Revolução Urbana”, conforme denominação de Gordon Childe, foi um lento desenvolvimento da colonização agrícola, das técnicas artesanais, do comércio a longa distância e dos centros cerimoniais que culminou em meados do IV milênio. Tal “revolução” ocorreu na Baixa Mesopotâmia, e sobretudo no centro urbano de Uruque (período Uruque Antigo c. 3500 - 3200); período Uruque Tardio (c.3200 a 3000a.C.). A ideia de “Revolução Urbana” tem sido criticada, porém segue sendo um conceito bastante forte. Sem dúvida se

trata de um longo processo que tem possibilidades muito vastas. E se trata de um fato revolucionário, tanto pelo tipo como pelo alcance das mudanças produzidas. (LIVERANI, 2008, p. 97)

A “Revolução” é complexa. O problema crucial sempre tem sido decidir quais dos distintos fatores têm sido fundamentais e primários, e quais os derivados. Os primeiros intentos de explicação tendiam a ressaltar como definitivo um dos fatores: o tecnológico, o demográfico ou o aspecto organizativo. Atualmente, está claro que nos achamos “ante um mecanismo de tipo sistemático” em que diversos fatores interagem entre si, e recebem um impulso adicional como consequência dessa mesma interação. (LIVERANI, 2008, p.97) A nova organização de exploração de recursos é um poderoso “motor” de desenvolvimento, porém seria inconcebível sem o impulso da especialização do trabalho a concentração urbana. O crescimento demográfico é por si mesmo um fator de longo prazo, que requer condições novas para acentuar-se de tal forma em um período curto. Provavelmente, as inovações tecnológicas receberam o estímulo do aumento das necessidades produtivas, ainda que as tenham provocado. (LIVERANI, 2008, p.97).

O “salto” que mais chama a atenção é o demográfico e o urbanístico, porém, o mais substancial é o organizativo. A origem da cidade é a origem do estado e da estratificação socioeconômica. O “salto” organizativo consiste em sistematizar a separação entre a produção primária de alimento e técnicas especializadas, e polarizar esta separação, concentrando aos especialistas em algumas populações maiores, proto urbanas e deixando a tarefa de produzir alimento às aldeias dispersas. (LIVERANI, p. 98).

Existe um fluxo de excedentes alimentares que vai dos que produzem alimento aos especialistas, de modo que estes últimos podem sobreviver apesar se dedicarem a outras atividades especializadas. E há outro fluxo de produtos especializados e serviços que vai dos especialistas aos produtores de alimento. As relações internas se desequilibram em favor dos especialistas. A sistematização de especializações laborais, sua concentração espacial e o aparecimento de polos de divisão levam ao que L. Oppenheim tem chamado “As Grandes organizações” templos e palácios. (LIVERANI, 2008, p.100)

Estes dois grandes complexos arquitetônicos e organizativos são o que distingue as cidades das aldeias. As cidades são assentamentos em que há grandes organizações, e as aldeias carecem delas. Entre o templo e o palácio existe uma diferença importante porque o templo é, antes de tudo, o lugar onde se realizam as atividades de culto, a casa do deus, a qual se dirige a comunidade diária de periodicamente, a render culto a seu chefe simbólico. O palácio é, por sua vez, a residência do chefe humano, o rei com sua família e sua corte. (LIVERANI, 2008, p.100)

Templo e palácio não eram residências reais ou divinas somente, ou centros de manifestações políticas ou religiosas apenas. Eram locais onde se produzia artesanato, onde havia armazéns, oficinas de escribas e arquivos. Eram rodeados por edifícios nos quais se guardavam víveres, praticavam atividades administrativas e artesanais. (LIVERANI, 2008, p. 100).

A população se divide em dois grupos na “Grande Organização” que se identifica com o que chamamos de Estado. Os especialistas não têm meios próprios de produção, trabalham para o palácio e são mantidos por ele mediante um sistema de rações ou de uso de terras. Portanto, os especialistas são o grupo mais seletivo do estado, do ponto de vista socioeconômico e político, mas nos aspectos jurídico e econômico são servos do rei (ou do deus) e fazem parte do estado na medida em que são mantidos por ele e se beneficiam do mecanismo de redistribuição. (LIVERANI, 2008, p.100)

Porém, o restante da população, formado pelas famílias de produtores de alimento, é livre no sentido de que detém seus próprios meios de produção (terras, gado) e trabalha em seu próprio sustento, mas é tributário do Estado ao qual deve ceder seus excedentes alimentares. Entra no sistema de redistribuição mais no momento de dar do que na hora de receber. O que recebe tem um caráter ideológico - culto religioso, propaganda política, enquanto que, no campo, chegam produtos especializados e serviço de defesa. A organização central também escavava canais, uma parte da infraestrutura essencial para agricultura, obras que necessitavam da concessão e dos recursos da grande organização. (LIVERANI, 2008, p. 100)

Na perspectiva da civilização mesopotâmica, existia apenas uma única instituição no sentido moderno da palavra: a realeza. Esta era de origem divina como correspondente ao modo de vida civilizado em questão. (OPPENHEIM, 2010, p. 108)

1.3 - Bíblia e História

A Bíblia foi escrita para ser um livro sagrado. Não há, portanto, motivos para ler tal obra como um livro de história, considerando a ideia de História que temos hoje. Ela não foi escrita com esta pretensão. Porém, entre os diversos gêneros de escrita, é inegável a presença de relatos históricos, uma vez que há menção de lugares, de governantes e de datas. De tal

maneira, é possível tomá-la como fonte histórica, jamais, entretanto, descartando o uso de dados extrabíblicos, provenientes da arqueologia, por exemplo.

Não é pertinente assumir posturas ferrenhas de reafirmar ou desmentir a narrativa bíblica. Devemos evitar posturas extremas na condição de acadêmicos. O fato é que os relatos bíblicos podem servir de ferramenta complementar, oferecendo possibilidades mais amplas aos pesquisadores interessados na História Antiga de Israel, da Palestina ou do Oriente Próximo. Estudada corretamente, a narrativa pode contribuir com a pesquisa, seja apontando respostas ou suscitando perguntas.

A Arqueologia sempre desempenhou importante papel nas discussões acerca da composição e da credibilidade histórica da Bíblia. Num primeiro momento, a arqueologia parecia refutar os mais radicais argumentos dos críticos, de que a Bíblia era um trabalho bem mais posterior, sendo que grande parte do seu texto não era historicamente confiável. Porém, a partir o final do século XIX, quando a exploração moderna das terras da Bíblia teve início, uma série de descobertas espetaculares e décadas de constante escavação e interpretação arqueológica sugeriram que muitos dos relatos da Bíblia eram fundamentalmente confiáveis em relação aos principais contornos da história do antigo Israel.

Desta forma, ainda que a compilação da Bíblia, bem como o seu registro tenham se dado muito tempo depois dos acontecimentos que narra, Ela deve ter sua base num corpo substancial de memórias preservadas de forma pontual. Modernas categorias de “evidência arqueológica e histórica” nos permitem chegar a tal conclusão. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003 p. 29)

Embora peregrinos ocidentais e exploradores tenham percorrido a terra da Bíblia desde o período bizantino, foi somente com o aparecimento da história moderna e dos estudos geográficos, no final do século XVIII e começo do século XIX, que estudiosos bem versados sobre a bíblia e sobre outras fontes antigas começaram a reconstruir a paisagem do antigo Israel, tomando como base a topografia, as referências bíblicas e os remanescentes arqueológicos, ao invés de confiar nas tradições eclesiásticas dos vários lugares sagrados. O pioneiro nesse campo foi um ministro religioso americano, o congregacionista Edward Robinson, que realizou duas longas explorações através da Palestina otomana em 1838 e em 1852, a fim de localizar e identificar os autênticos sítios bíblicos historicamente comprovados, num esforço de refutar a teoria dos críticos. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 30).

Foi muito importante conhecer aspectos geográficos das regiões que a narrativa bíblica menciona: a ampla e fértil planície da costa do Mediterrâneo; os contrafortes de Shephelah² assomando para área montanhosa ao sul; o árido Negueb; a região do Mar Morto e o vale do Jordão; a região montanhosa do norte e bem como seus amplos vales. A terra bíblica de Israel era uma área com extraordinários contrastes, sejam em relação ao clima ou em termos ambientais. Também servia como ligação natural de terra entre duas grandes civilizações: Egito e Mesopotâmia. Suas paisagens e condições características provaram estar conforme o que o texto bíblico relata, em quase todos os casos. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 30).

Durante a idade Média e o Renascimento, estudiosos procuraram estabelecer uma cronologia para os eventos que a Bíblia descreve. Mas seriam necessárias fontes externas, eventualmente encontradas entre os remanescentes arqueológicos de duas das mais influentes e cultas civilizações do mundo antigo. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.33) Além disso, arquivos mesopotâmicos e egípcios muito mais antigos, da idade do Bronze (c. 2000-1150 a.C.), de sítios primitivos como Mari, Tell el-Amarna e Nuzi forneceram importante conhecimento do mundo do oriente próximo antigo e também do ambiente cultural onde a Bíblia posteriormente emergiu. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 34).

Mais de cem anos de modernas escavações arqueológicas em Israel e regiões vizinhas resultaram em significativas evidências acerca do contexto histórico da Bíblia. A arqueologia permite identificar estilos de arquitetura e de cerâmica assim como artefatos diversos. Dessa maneira é possível estabelecer a datação dos níveis das cidades enterradas de modo bastante preciso. O pesquisador americano Willian F. Albright foi o pioneiro desse ramo da arqueologia no começo do século XX. Ele trabalhou principalmente na escavação de grandes cômodos de cidades antigas, “nos quais o desenvolvimento da sociedade e da cultura pode ser traçado através de milênios” (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 35) Depois de décadas de escavação, pesquisadores estão aptos a reconstruir o amplo contexto arqueológico no qual se deve ajustar a história bíblica.

Progressos recentes na arqueologia permitiram-nos, enfim, cruzar o fosso entre o estudo dos textos bíblicos e os achados arqueológicos. Agora pode-se ver que a Bíblia é, ao lado de formas distintas de cerâmica, estilos arquitetônicos e inscrições hebraicas, um artefato característico que conta muita coisa sobre a sociedade na qual foi produzida. (FINKELSTEIN e SILBERMAN. 2003 p. 39)

² Também traduzido do hebraico como “Sefelá”.

Finkelstein e Silberman destacam que agora se sabe que a correspondência administrativa, as crônicas da realeza, a manutenção de arquivos e uma escritura sagrada de abrangência nacional estão diretamente “relacionadas com um estágio específico de desenvolvimento social.” Pesquisas arqueológicas e antropológicas revelaram que, na maioria dos casos resulta da formação do Estado com poder central, no qual há instituições nacionais, um culto oficial ou uma monarquia. Estudos foram realizados no mundo inteiro a fim de pesquisar o surgimento de gêneros mais sofisticados de escrita. Outros traços desse estágio de desenvolvimento social são: prédios monumentais; especialização econômica; a presença de uma densa rede de comunidades entrelaçadas, variando em tamanho, de grandes cidades a centros regionais, a cidades de tamanho médio e aldeias. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.39)

Estudiosos dos textos bíblicos e arqueólogos haviam concluído que o antigo Israel chegou ao estágio de completa formação de um Estado na época da monarquia unificada de Davi e Salomão. Muitos especialistas acreditam que a primeira fonte do Pentateuco³ é o documento J ou Javista (*yawist*), compilado em Judá na era de Davi e Salomão, no século X a.C. Mas Finkelstein e Silberman afirmam que tal conclusão “é altamente improvável”. Argumentam que, segundo evidências provenientes da arqueologia, não existia nenhum sinal de extensa alfabetização ou de qualquer outro dos atributos de um Estado completo, formado em Judá – e, em particular, em Jerusalém – até mais de dois séculos e meio mais tarde, no final do século VIII a.C. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003 p. 39).

Porém, sugerir que as mais famosas histórias da Bíblia não aconteceram exatamente com a narrativa bíblica descreve está longe de afirmar que o antigo Israel não teve uma história genuína. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 41).

³ São primeiros cinco livros da Bíblia. Chamada pelos judeus de “Torá” – “A Lei”. A tradição considera Moisés como sendo o autor de tais livros.

Capítulo 2 - A Bíblia como fonte histórica

Este capítulo apresenta a Bíblia como possível fonte histórica para o estudo de Israel na Antiguidade. Desenvolve tal possibilidade com a noção de Bíblia como um documento/monumento, argumentando que a referida obra possui elementos de cunho histórico.

2.1 - A Bíblia como Documento e Monumento

A Bíblia teve origem entre o povo hebreu. Ela foi escrita para ser um livro sagrado. Narra a história do povo que Deus escolheu para se fazer presente no mundo que Ele mesmo havia criado. A narrativa conta que, a partir do patriarca Abraão, todas as nações seriam abençoadas. (Gênesis 12, 1-3)

Então, a Bíblia conta a relação da Divindade com o ser humano. São diversos gêneros literários que narram batalhas, vitórias, derrotas, formação de famílias, amor e ódio, alianças e vinganças. Foi, sem dúvida, uma obra que esteve no cerne da civilização ocidental, resultando em diversos aspectos culturais, sendo o monoteísmo o mais evidente.

O Antigo Testamento é a parte do livro que os judeus consideram válida. O Novo Testamento é a coleção que diz respeito ao cristianismo. Ambos também influenciaram o islã, no século VII d.C. Por isso, a Bíblia é um monumento.

A narrativa também possui caracteres da sociedade que a produziu, como aspectos culturais, por exemplo. Isso é interessante para a Ciência histórica. Eram pessoas vivendo em sua época, com mudanças ocorrendo ao longo do tempo num dado espaço. Daí que a Bíblia serve como documento. Um documento monumental.

A Bíblia foi escrita para ser um livro sagrado. Porém, é inegável a presença de informações de cunho histórico na referida obra. Dessa forma, se pode trabalhar a Bíblia com a noção de documento/monumento como (LE GOFF, 1990, p.525) destaca.

Josué Berlesi, em obra já citada, menciona o questionamento que se fez acerca da viabilidade de uma elaboração de uma História para Israel na Antiguidade (2008,p.11p.17-

19). Especialistas buscaram como alternativa a nomenclatura de História da Síria/Palestina ou História do Levante.

Outro ponto relevante é a discussão do uso da Bíblia como fonte histórica. Seguindo em tal problemática, o autor aborda duas correntes historiográficas: o maximalismo e o minimalismo. A primeira delas defende uma adaptação dos achados para a reconstrução da narrativa bíblica. Dessa forma, defende a supremacia da Bíblia. Os minimalistas consideram, de seu lado, que a Bíblia é uma estória. Destacam que se deve levar em conta apenas os achados arqueológicos. Dessa forma, a obra ajuda a pensar a Bíblia como fonte histórica.

A história de quando e como foi escrita a bíblia – e de como se ajusta na extraordinária história do povo de Israel – está estreitamente ligada a um conto fascinante da descoberta moderna. Centralizou-se a busca numa extensão pequena de terra, confinada em dois lados pelo deserto e em um lado pelo Mediterrâneo, que tem sido através dos séculos, flagelada pela seca recorrente e por um estado de guerra quase permanente. Suas cidades e sua população eram minúsculas, comparadas com a dos impérios vizinhos do Egito e da Mesopotâmia; da mesma maneira, seus elementos culturais eram pobres, se confrontados com o esplendor e a extravagância dos outros. E ainda assim essa terra foi o local de nascimento de uma obra-prima literária, que exerceu impacto incomparável como sagrada escritura e como história. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.15).

O mundo no qual a Bíblia foi criada não era reino opulento de grandes cidades e heróis santificados. E sim num reino pequeno e simples, “onde as pessoas lutavam por seu futuro, contra os medos, compreensivelmente humanos, da guerra, da pobreza, da injustiça, das doenças, da fome e da seca.” A saga histórica contida na Bíblia – do encontro de Abraão com Deus e sua Jornada para Canaã à libertação da escravidão dos filhos de Israel e Judá – não foi uma “revelação miraculosa.” Foi um inteligente produto da imaginação humana. Conforme achados arqueológicos sua concepção teve início durante o breve espaço de tempo de duas ou três gerações, há cerca de 2600 anos, no reino de Judá. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.11).

Uma coalizão de oficiais da corte de Judá formada por escribas, sacerdotes, camponeses e profetas se reuniu para dar forma a uma escritura sagrada de “incomparável gênio literário e espiritual.” Foi a origem da escrita de uma saga épica contendo história, memórias e lendas, propaganda real e profecias, bem como antigos poemas, sendo parte dela composição original, e a outra, uma adaptação de fontes e versões antigas. Tal obra-prima literária passaria por uma nova edição e elaboração, e viria a tornar-se “uma âncora espiritual

não apenas para os descendentes do povo de Judá, mas para comunidades do mundo inteiro.” (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.12).

2.2 - A História Presente na Bíblia

A narrativa menciona locais geográficos, não apenas de Israel, mas de outros países, bem como nomes de governantes como Nabucodonosor, (Esdras 5, 12), Ciro e Xerxes (Esdras 4,5), por exemplo. A Bíblia contém referências históricas. A História está presente na Bíblia. Dessa forma, o texto bíblico pode ser usado como uma fonte.

A saga histórica contida na Bíblia – do encontro de Abraão com Deus e sua jornada para Canaã, à libertação da escravidão dos filhos de Israel por Moisés, à ascensão e queda dos reinos de Israel e Judá – não foi uma revelação miraculosa, mas um inteligente produto da imaginação humana; sua concepção teve início – como os recentes achados arqueológicos sugerem – durante o breve espaço de tempo de duas ou três gerações, há cerca de 2.600 anos. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.11).

O local de nascimento foi o reino de Judá; região pouco povoada por pastores e fazendeiros, assentada de forma precária no meio de uma terra montanhosa, sobre estreito espinhaço, entre ravinas escarpadas e rochosas e governado por uma cidade real afastada. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.11) “O âmago histórico da Bíblia nasceu no alvoroço das ruas apinhadas de Jerusalém, nas cortes do palácio da dinastia do rei Davi e no templo do Deus de Israel.”

Em reação ao ritmo e ao alcance das mudanças levadas a Judá do exterior, os líderes do século VII a.C. em Jerusalém, governados pelo rei Josias – décima sexta geração de descendentes do rei Davi – declararam que todos os traços de adoração estrangeira eram a causa das desgraças que ocorriam em Judá. Eles iniciaram uma campanha enérgica de purificação religiosa no território do reino. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.12)

O cerne, o coração da Bíblia hebraica, é uma história épica que descreve o aparecimento do povo de Israel e sua continuada relação com Deus. Ao contrário de outras mitologias do Oriente Próximo, como os contos de Osíris, Ísis e Hórus, no Egito, ou o épico de Gilgamesh, da Mesopotâmia, a Bíblia é solidamente baseada numa história terrena; é um drama divino interpretado diante dos olhos da humanidade (e com a participação da própria humanidade). Diferente também das histórias e das crônicas reais de outras nações do Oriente

Próximo, essa não celebra apenas o poder da tradição e das dinastias dominantes; oferece uma visão complexa, ainda que clara, de por que a Bíblia se manifestou e se desdobrou para o povo de Israel – e de fato, para o resto do mundo – num padrão ligado, de modo direto, com as exigências e com as promessas de Deus. O povo de Israel é o ator central desse drama. Seu comportamento e devoção aos mandamentos de Deus determinam a direção por onde fluirá a história. “Depende do povo de Israel – e, por meio dele, de todos os leitores da Bíblia – definir o destino do mundo.” (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.20)

A grandiosa saga então muda de drama familiar para espetáculo histórico. O Deus de Israel revelou sua força terrível numa demonstração contra o faraó do Egito, o homem mais poderoso da Terra. Os filhos de Israel haviam se transformado numa notável nação, mas foram escravizados por uma minoria desprezível, construindo os grandes monumentos do rei no egípcio. A intenção de Deus de se fazer conhecer ao mundo materializou-se na escolha da pessoa de Moisés como seu intermediário para buscar a libertação dos israelitas, de modo que pudessem começar seu destino. E, talvez na sequência mais brilhante de eventos da literatura do mundo ocidental, os livros do Êxodo, Levítico, e Números descrevem, por meio de sinais e milagres, como o Deus de Israel conduziu os filhos de Israel para fora do Egito, pelo deserto. No monte Sinai, Deus revelou à nação sua verdadeira identidade como YHWH – sagrado nome composto de quatro letras hebraicas יהוה – e lhes deu uma coleção de leis para guiar suas vidas, como comunidade e como indivíduos. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.21).

Capítulo 3 – Monarquia Israelita

O Capítulo a seguir aborda a Monarquia Israelita. Inicia com um prelúdio, à época dos Juízes, mencionando o que teria contribuído para a Instituição da Realeza, bem como a oposição que se fez a esta forma de governo. O foco analítico é a Monarquia Unida de Israel sob os reis Saul, Davi e Salomão. Especial destaque será dado à análise do caráter maléfico atribuído à monarquia quando de sua criação.

3.1 - Dos Juízes à Realeza.

Josué foi sucessor de Moisés. Ele exerceu a liderança do povo na Conquista da Terra Prometida. O povo se estabeleceu no território e, para melhor organização, constituíram juízes para assumir funções de chefia religiosa, militar, política.

Porém, frente à ameaça representada por outros povos, principalmente os filisteus, os líderes do povo optaram por um governo centralizado. Eles queriam um rei que lhes governasse, assim como nas demais nações.

Samuel, último juiz, atendeu à solicitação dos anciãos de Israel, deixando explícito que seria uma opção de governo que desagradava à divindade, além de ser prejudicial por inúmeros aspectos entre os quais uma ampla diferenciação entre os israelitas bem como pesados tributos que tal estrutura de governo exigiria.

De acordo com José Luís Sicre (1992, p.428) a ocupação da Palestina no século XI deve ser considerada como parte integrante de grandes migrações até a Síria e Mesopotâmia. A solidariedade entre as tribos era de fundo étnico. A obediência de Israel ao seu Deus implicou decisivamente no processo de transformação de tribos nômades em sociedade urbana e civilizada, uma vez que o culto à divindade incluía diversas regras interpessoais. (SICRE, 1992, p. 434) O reino de Israel foi o auge da organização social deste povo.

O livro de Josué relata que, após a destruição de todos os reinos cananeus, antes da monarquia israelita com Saul e posteriormente com Davi, o país não tinha evidentemente um

rei. Havia juizes para tratar questões de questões do governo local. (LIVERANI, 2008, p.360-361)

Não se pode afirmar que as tribos eram governadas pela mesma espécie de ideologia igualitária. A informação sacerdotal referente às tribos é tardia. As circunstâncias do período pré-nacional são pouco conhecidas. Apenas o livro dos Juizes e provavelmente o livro de Samuel contém material que se pode usar para analisar a forma como se exercia a liderança ou o governo de tal período. Tais fontes mencionam o chefe como tradicionalmente aceito quanto figura de líder na antiga sociedade tribal israelita. Não se tratava de uma sociedade igualitária, mas uma sociedade da qual emergiam “líderes específicos, conforme as necessidades para responder a situações específicas históricas, tais como ataque e opressão da parte de vizinhos hostis.” Tais chefes assumiam uma liderança, provavelmente, de duração muito breve. (CLEMENTS, 1995 p. 107).

Por muitos anos, houve debates sobre as origens de Israel. Se os israelitas chegaram à Palestina por processo de “conquista” ou se por um processo de “sedentarização” (relativamente pacífico). Segundo a última hipótese, as origens pré-sedentárias de Israel teriam sido nômades. Porém, ambas sugerem uma imigração. Israel chegou à Palestina, tendo vindo de fora. (CLEMENTS, 1995 p. 108).

A narrativa do livro de Josué tem um enfoque esquemático que corresponde aos principais traços da historiografia deuteronomista no qual o povo de Israel passa por uma série de crises, de “opressões” que Yahweh lhe impinge como penalidade por sua fidelidade inconstante. Entretanto, após tal período de opressão Yahweh “se arrepende” ou “tem compaixão”. Então, um juiz é designado para salvar o povo frente aos inimigos, o que resulta em paz para o povo durante alguns anos. A mensagem é evidente: os infortúnios sofridos pela nação têm origem em suas próprias culpas. Se o povo for fiel, ninguém poderá vencê-lo, uma vez que o poder da salvação “reside em Yahweh”. Entre a Aliança com Moisés e o pacto com Davi, Deus agiu a favor de Israel por meio de várias intervenções, ao mesmo tempo fazendo um teste com seus escolhidos a fim de provar sua fidelidade. (LIVERANI, 2008, p.363).

Histórias como essa podem ser de cunho fabuloso e genérico. Mas há outras fixadas no território e na cronologia, como o rapto cerimonial das moças de Shilo, com uma narração detalhada em suas modalidades e motivações. A história da filha de Yefte, chorada quatro dias por todas as moças de Israel, também está descrita (Jz 11, 39-40). Também existe uma

preocupação em localizar as sepulturas dos juízes. Tal patrimônio de sagas, histórias e fábulas já havia se formado, sem dúvida, no período pré-exílico (o exílio foi de 586 – 440 a.C.). Havia zelo e cuidado em preservar e valorizar tais aspectos quando da reocupação do território. (LIVERANI, 2008, p. 367).

Não se sabe até que ponto a história narrada no livro dos Juízes está baseada em memórias autênticas de heróis locais e conflitos de aldeias, preservadas ao longo dos séculos com poemas épicos ou contos populares. Contos heroicos de eras anteriores não podem servir de parâmetro no estabelecimento do grau de confiabilidade desse livro. Sua narrativa descreve a história de Israel depois da conquista. O padrão literário relata um ciclo repetido de pecado, graça divina e salvação. (Jz 2,11-19). O último verso (Jz 21,25) tem a indicação da possibilidade de quebra do referido ciclo com o estabelecimento de uma monarquia. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.171)

De modo implícito, o livro dos Juízes oferece uma saída do ciclo interminável de pecado e de retribuição divina, sugerindo que esse ciclo já havia sido quebrado antes, uma vez. Repetidamente como um mantra, ele recita a sentença. “Naqueles dias não havia nenhum rei em Israel; todo o homem fazia o que era certo aos seus próprios olhos (Juízes 21,25) Isso é uma advertência de que logo depois do período dos juízes viria um grande rei para governar sobre todas as tribos de Israel, o piedoso Davi que firmou uma aliança eterna com Deus. Esse rei baniria a influência de deuses estrangeiros dos corações e das práticas diárias dos israelitas; estabeleceria uma única capital em Jerusalém e designaria um lugar permanente para a Arca da Aliança. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003 p. 173)

3.2 - Monarquia Unida de Israel

Então, se deve analisar, através das relações Templo-Palácio, como se deu essa mudança de uma judicatura exercida por alguém de vocação profética para uma liderança de cunho monárquico, militar e político; de uma organização tribal para a formação de um Estado. Conforme Leo G. Perdue (2011, p.187), uma escrita da História de Israel teria começado nesse período. Achados arqueológicos de uma fonte externa fazem menção a Israel, conferindo, portanto, credibilidade à narrativa. Ou seja, Israel, organizado sob a realeza, teria sistematizado a escrita de sua própria história.

Após o período dos Juízes, teve início a monarquia. O povo quis um rei que lhe governasse, “assim como as outras nações”. Um poder centralizado para exercer a justiça e

tomar a dianteira nas batalhas. Havia uma guerra contra os filisteus naquele período. Os filisteus, portanto, representavam uma ameaça militar. A opção pela realeza foi uma tentativa de buscar uma forma de organização eficaz para enfrentar o inimigo.

Neste trabalho importa a monarquia unida de Israel, isto é, até o momento do cisma das tribos, quando há uma divisão na qual o formou-se o Reino de Israel, ao norte, e o Reino de Judá, ao Sul (Ver mapa no anexo, p.53). A instituição da realeza foi um pedido dos anciãos do povo ao juiz Samuel, que atendeu à solicitação ungindo Saul como rei de Israel.

Alguns atos deste rei desagradaram Samuel e a divindade (YHWH). (1 Sm capítulo 13.); (1 Sm 15, 1-34); (1 Sm 18,7-20). Assim, o juiz e profeta Samuel escolheu um outro rei: o jovem pastor de ovelhas Davi. Este fora ungido como sucessor por Samuel de forma discreta. (1 Sm 16, 4-12). Saul continuava, portanto, governando como rei, mas passou a sofrer de transtornos que a narrativa bíblica atribui a um mal espírito enviado por Yahweh. Então, um servo do rei sugeriu que fosse trazido um harpista, que tocava e falava bem, para entreter e acalmar o rei (1 Sm 16, 14-23). O harpista em questão era o jovem Davi, que dessa forma, se aproximou do rei e da corte.

O texto bíblico então relata o desafio proferido pelo gigante filisteu Golias, o qual estava à frente de um exército (1 Sm 17, 10s.). Ele pedia que um guerreiro israelita o enfrentasse num duelo. E tal situação continuou por quarenta dias. Davi era o mais novo de oito filhos de Jessé, e estava na casa de seu pai, que lhe enviou ao local do conflito, para que levasse provisões a três de seus irmãos, que guerreavam nas tropas de Israel.

Saul havia oferecido como prêmio ao guerreiro que vencesse o gigante Golias, o casamento com sua filha, bem como um dote e outros benefícios. Davi chegou ao campo de batalha e logo ficou sabendo do desafio de Golias e dos benefícios prometidos pelo rei Saul (1 Sm 17,4). Davi aceitou o duelo e feriu o gigante mortalmente na frente com uma pedra disparada por um estilingue. Golias caiu por terra, e os filisteus se retiraram. Triunfo para Israel.

Conforme a narrativa, alguns do povo aclamavam: “Saul matou milhares. E Davi matou dez milhares”(1 Samuel 18, 6ss.). Isso provocou o ciúme de Saul, (1 Sm, 18, 6-15) que mais tarde perseguiu Davi, a fim de matá-lo. Davi casou com a filha do rei, e tinha uma especial amizade com Jônatas, também filho de Saul, os quais o ajudaram na fuga.(1 Sm 19).

Davi teve de fugir porque Saul desejava matá-lo. Tornou-se líder de um bando de fugitivos e mercenários, e de pessoas desiludidas e endividadas que o procuraram. Davi e seus homens percorreram os contrafortes de Shephelah, no deserto de Judá e nas margens das colinas de Judá ao sul, regiões estas localizadas bem longe dos centros de poder do reino de Saul até o norte de Jerusalém. (FINKELSTEIN E SILBERMAN, 2003, p.178)

Bem ao longe, em uma batalha contra os filisteus, ao norte, no monte Guilboa⁴, os filhos de Saul foram mortos pelo inimigo e Saul tirou a própria vida (ISm 31, 3-5). Davi então rumou até a antiga cidade de Hebron, em Judá. Lá onde foi proclamado rei pelo povo de Israel. Era o início do grande Estado e da linhagem de Davi, a origem da gloriosa monarquia unificada. (FINKELSTEIN E SILBERMAN, 2003, p.178)

Saul e Jônatas morreram em combate enquanto Davi esteve exilado. O fato de estar ausente e de não ter atentado contra a vida do rei, ainda que tendo duas oportunidades para isso, relatadas pelo texto bíblico (ISm 24, 4-11); (ISm 26, 7-21), conferiu ainda mais legitimidade para que Davi o sucedesse. (ALTER e KERMODE, p. 142-144,1997).

Davi logo iniciou guerras de libertação e expansão. Numa série de batalhas fulminantes, ele destruiu o poder dos filisteus e derrotou os amonitas, os moabitas e os edomitas na Transjordânia, concluindo suas campanhas com a subjugação dos arameus do norte. Davi retornou em triunfo a Jerusalém, pois governava, a partir daquele momento, território bem maior do antes. Mas enfrentou dificuldades que lhe tiraram a paz. Havia conflitos dinásticos. O mais desgastante deles foi a revolta de seu filho Absalão, causa de grande preocupação quanto à estabilidade do reino

Pouco antes da morte de Davi, o sacerdote Sadoc ungiu Salomão, um dos filhos de Davi, como sucessor. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.179)

Salomão, a quem Deus deu “sabedoria além da medida”, consolidou a dinastia. Organizou seu império, que então se estendia do Eufrates até a terra dos filisteus e a fronteira do Egito (1 Rs 4, 24). Sua imensa riqueza resultou de um sistema bastante elaborado de arrecadação de impostos e de trabalho forçado. Cada uma das tribos devia contribuir. Havia expedições comerciais aos países exóticos do sul. A narrativa ainda menciona a visita da rainha de Sabá, que chegou a Jerusalém com uma caravana trazendo muitos presentes (1 Rs,

⁴ Também traduzido do hebraico como “Gelboé”.

10, 1-13), Tudo em reconhecimento à grande notoriedade e sabedoria de Salomão. (FINKELSTEIN E SILBERMAN, 2003, p.179 – 180)

Sob Roboão, filho e sucessor de Salomão, ocorreu o Cisma das tribos. O descontentamento era grande por causa dos altos impostos cobrados. As tribos de Judá e Benjamin formaram o reino de Judá, ao Sul. As outras dez tribos formaram o reino de Israel, ao norte, tendo escolhido Jeroboão como rei, (1Rs, 12, 1-24). Era o fim da monarquia unida.

Já com respeito à monarquia de Israel, Liverani destaca seu caráter essencialmente histórico na narrativa, quando a nação está solidamente constituída em meio a outros reinos. Atribuiu a Saul, o primeiro rei israelita, um caráter meramente carismático, como um líder militar nas batalhas, o qual tinha como eixo central as duas tribos, Efraim e Benjamin como principal foco de poder (2008, p.124).

Quanto ao rei Davi, seu reinado sobre todo o Israel seria algo utópico. Seus domínios teriam se estendido apenas às tribos de Efraim, Benjamin e Judá (LIVERANI, 2008, p.129.). Salomão, filho de Davi, apesar do caráter pan-israelita atribuído ao seu reinado na narrativa, ele teria governado extensões não muito maiores que seu pai (LIVERANI, 2008, p.132) substituindo o caráter soldadesco do governo deste por uma administração baseada na corveia. (LIVERANI, 2008, p.135)

Finkelstein e Silberman também questionam a unidade do reino (FINKELSTEIN E SILBERMAN, 2003, p.212 e 213). Ambos os arqueólogos, através de achados históricos e confrontação com o texto bíblico, apontam pertinentes conclusões acerca do estudo do Antigo Israel. Quanto à monarquia, eles concluem ser uma resposta política à ameaça militar dos filisteus (FINKELSTEIN E SILBERMAN, 2003, p.176). Porém, eles acreditam que ela não teria sido unificada e depois dividida. Eles afirmam que, por razões geográficas, havia uma forte tendência ao desenvolvimento de dois reinos. (FINKELSTEIN E SILBERMAN, 2003, p.217-219, 221.) Para a elaboração de tal argumento, eles também mencionam a formação de importantes rotas comerciais, além de achados arqueológicos, os quais dão a entender um maduro desenvolvimento, tanto comercial quanto administrativo e que teria se dado de forma independente nas dez tribos do norte, bem como nas duas tribos do sul. (FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p.218.)

Por fim, Clements aponta que a história antiga de Israel foi inicialmente balizada pelos estudos históricos de Grécia e Roma. Posteriormente, as técnicas arqueológicas bem como

questões metodológicas da egiptologia ofereceram mais ferramentas analíticas. De posse dessas técnicas para o estudo da história, o autor alia conhecimentos de antropologia e sociologia. Pensando Israel como nação na antiguidade, a realeza consolidou esse caráter nacional, forjando identidade enquanto tal. Ao mesmo tempo destaca a constante oposição que a instituição monárquica enfrentava, uma vez que se tratava da centralização do poder (CLEMENTS,1995, p.11, p.12, p.13, p.14 e p.24).

Consequentemente, havia a necessidade de legitimar a monarquia, frente à resistência de notáveis locais que desejavam conservar suas terras e seus recursos como um todo. A monarquia como instituição estranha à natureza típica da sociedade israelita, essencialmente tribal, mas que se deu frente à ameaça militar dos filisteus, sendo uma resposta a questões de defesa do povo e do território:

“1 Samuel 8 O povo pede um rei — 1 Samuel, quando envelheceu, constituiu seus filhos juizes em Israel.

2 O primogênito chamava-se Joel, e o segundo Abias; eles foram juizes em Bersabéia.

3 Mas os filhos não seguiram o seu exemplo. Ao contrário, orientaram-se pela ganância, deixaram-se subornar e infringiram o direito.

4 Então todos os anciãos de Israel se reuniram e foram ao encontro de Samuel em Ramá.

5 E disseram-lhe: "Tu envelheceste, e os teus filhos não seguiram o teu exemplo. Por isso, constitui sobre nós um rei, o qual exerça a justiça entre nós, como acontece em todas as nações."

6 Mas esta expressão: "Constitui sobre nós um rei, o qual exerça a justiça entre nós", desagradou a Samuel, e então ele invocou a Iahweh.

7 Iahweh, porém, disse a Samuel: "Atende a tudo o que te diz o povo, porque não é a ti que eles rejeitam, mas a mim, porquênão querem mais que eu reine sobre eles.

8 Tudo o que têm feito comigo desde o dia em que os fiz subir do Egito até agora — abandonaram-me e seguiram outros deuses — assim fizeram contigo.

9 Portanto, atende ao que eles pleiteiam. Mas, solenemente, lembra-lhes e explica-lhes o direito do rei que reinará sobre eles". Os inconvenientes da realeza —

10 Samuel expôs todas as palavras de Iahweh ao povo, que lhe pedia um rei.

11 Ele disse: "Este é o direito do rei que reinará sobre vós: Ele convocará os vossos filhos e os encarregará dos seus carros de guerra e dos seus cavalos e os fará correr à frente do seu carro;

12 e os nomeará chefes de mil e chefes de cinqüenta, e os fará lavrar a terra dele e ceifar a sua seara, fabricar as suas armas de guerra e as peças de seus carros.

13 Ele tomará as vossas filhas para perfumistas, cozinheiras e padeiras.

14 Tomará os vossos campos, as vossas vinhas, os vossos melhores olivais, e os dará aos seus oficiais.

15Das vossas culturas e das vossas vinhas ele cobrará o dízimo, que destinará aos seus eunucos e aos seus oficiais.

16Os melhores dentre os vossos servos e as vossas servas, os vossos bois e os vossos jumentos, ele os tomará para o seu serviço.

17Exigirá o dízimo dos vossos rebanhos, e vós mesmos vos tornareis seus escravos.

18Então, naquele dia, reclamareis contra o rei que vós mesmos tiverdes escolhido, mas Iahweh não vos responderá, naquele dia!"

19O povo, no entanto, recusou-se a atender a palavra de Samuel, e disse: "Não! Mas teremos um rei

20e

seremos, nós também como as outras nações: o nosso rei nos julgará, irá à nossa frente e fará as nossas guerras."

21 Samuel ouviu tudo o que o povo disse e o contou ao ouvido de Iahweh.

22Mas Iahweh lhe respondeu: "Satisfaz a vontade deles e entroniza-lhes um rei." Então Samuel disse aos homens de Israel: "Volte cada um à sua cidade."

3.3 - A Realeza como o Mal

Conforme a narrativa, o Deus dos hebreus deixou evidente que opção pela monarquia implicava numa rejeição direto, pois o rei ocuparia o lugar da divindade, uma vez que YHWH é quem deveria reinar em Israel. Dessa forma, a realeza foi uma violação de estatutos da Aliança. Tal escolha implicava numa rejeição direta a Yahweh (1 Sm 8, 7).

Quando o texto se refere ao mal – acerca da realeza - é importante verificar o termo em hebraico utilizado. Samuel falou ao povo: “Reconhecei claramente como foi grave o pecado que cometestes contra Yahweh pedindo um rei para vós.” (1Sm 12, 17). Podemos ler em seguida: ”Todos Suplicaram a Samuel, dizendo: ’Intercede por nós, teus servos, a Yahweh teu Deus, para que não morramos; foi o maior de nossos pecados pedir para nós um rei.’” (1 Sm 12, 19). Os termos em hebraico no versículo 17 são: רָעָהָם/ RĀĀTĒKHEM: “maldade”, “mal”, “calamidade”; e רָבָה/ RABĀH: grande, importante. O versículo 19 faz uso das seguintes palavras: חַטֹּאתֵינוּ/ CHATOTEYNU/ mal, transgressão, culpa; seguido de רָעָה/ RĀĀH: “mal”, “prejudicial”, “ruim”. Assim, é do interesse desta pesquisa investigar se, ao longo do relato, a monarquia segue como sinônimo de infração e, portanto algo maléfico, ou se existe outro viés, e qual seria.

Tiago de Carvalho menciona a ideia tradicional no Antigo Israel de uma realeza de Deus. E por causa disso mesmo havia um pensamento antimonárquico, sendo que Deus é quem deveria reinar em Israel. Welhausen (WELHAUSEN, 2006, apud CARVALHO, 2015,

p.3) acredita que textos antimonárquicos são fruto de um período posterior à monarquia, remontando, portanto ao exílio na Babilônia. Já Milton Schwantes (SCHWANTES, 1982, apud CARVALHO, 2015, p.3) argumenta, através da análise literária do Livro dos Salmos, que a realeza de Deus é algo anterior à monarquia, implicando diretamente numa linha de pensamento antimonárquico. Martin Buber (1932) endossa tal opinião destacando que a monarquia é um fenômeno pós-conquista da Terra Prometida (apud CARVALHO, 2015, p.3). A Aliança do Sinai estabelecia a “Realeza Divina” sobre Israel. Tiago de Carvalho ainda chama a atenção para o fato de ser muito presente no Israel pós-saída do Egito, o ideário de um povo diferente das outras nações. (CARVALHO, 2015, p.3)

Robin Fox menciona que, depois do período do cisma das tribos – que resultou na formação de dois reinos distintos - havia anseios para que um rei da linhagem de Davi assumisse o trono em Israel (FOX, 1991, p.80). Ou seja, tal período, de uma monarquia unida, de um Estado solidamente estabelecido e com uma linhagem reconhecidamente legítima, tornou-se um ideal a ser perpetuado no imaginário. Em seguida, ele destaca que o Livro das Crônicas provavelmente teve como fonte os livros de Samuel de Reis, embora não cite nenhum deles. (FOX, 1991, p.80) Havia, portanto, um desejo de registrar a história da realeza.

Mário Liverani aponta vários fatores relevantes para o surgimento da monarquia, tais como necessidades bélicas e apelo popular. Existe ainda, como foi visto, um profeta envolvido que faz advertência ao que virá e a formação de uma elite palaciana e o restante do povo reduzido à condição de pagador de tributos. (LIVERANI, 1988, p.520) Esse processo, iniciado no reinado de Davi, e se acentua sob seu sucessor, Salomão. Tais aspectos elencados permitem ver o desenrolar de um processo que culminou numa estrutura social, baseada na diferenciação entre os hebreus, que o juiz Samuel, queria evitar.

Estudos tradicionais sobre o surgimento da monarquia em Israel concentraram-se, demais naturalmente, na análise das narrativas da história deuteronômista, especialmente 1 Sm 8-15. A admissão dominante há muito tempo foi que, se essas narrativas forem situadas em seu contexto sociopolítico darão informação valiosa com o que o historiador pode reconstruir a maneira como a realeza surgiu em Israel. Foi essa maneira tradicional de entender e interpretar as complexidades e ambiguidades das narrativas de 1 Samuel 8-12 e alhures que se referem ao surgimento da realeza. (CLEMENTS, 1995, p. 122).

A ideia de uma fonte pró-monárquica primitiva e de uma fonte antimonárquica tardia afetou investigações históricas e o tipo de questões levantadas com respeito à realeza israelita desde então. A história Deuteronomista teria sido uma avaliação encorajada e negativa da história de Israel e de sua monarquia até sua ruína em 587 a.C. O surgimento da realeza seria uma negação do verdadeiro ideal teocrático do Israel primitivo. Os sentimentos antimonárquicos refletiam provavelmente uma atitude corrente na época do estabelecimento da monarquia. A realeza seria uma instituição estranha, impingida a Israel pela contingência da ameaça militar dos filisteus. . (CLEMENTS, 1995, p. 123)

O próprio Samuel criticou a via monárquica (1Sm, 8), tendo por referência a realeza cananea. Essa posição antimonárquica pode “refletir interesses contemporâneos acerca da natureza da realeza baseados na experiência de modelos vizinhos”. (CLEMENTS, 1995, p. 123).

Israel se originou como povo nômade ou seminômade, de fora da Palestina, em busca de terra e pastagem. Como parte de um processo pacífico longo de infiltração ou numa conquista rápida e violenta, era natural que se visse a monarquia israelita como algo estranho a um Israel ideal pré-monárquico formado por uma liga por de uma confederação tribal religiosa. Os reinados de Davi e Salomão teriam sido uma traição, uma revolução bíblica do Israel mosaico. A monarquia teria ainda um caráter pagão da idade do Bronze Tardia. (CLEMENTS, 1995, p. 127).

A apresentação dos papéis ideais do rei israelita incorpora muitos traços que amiúde se associam com a realeza em todo o Oriente Próximo antigo. O papel e as funções do rei são os mesmos que os de sua divindade, Yahweh, na hierarquia cósmica. O rei realiza essas funções na terra e ocupa a mesma função na ordenação hierárquica da sociedade como parte dos complexos inter-relacionamentos da ordem cósmica.

É uma ordenação hierárquica da sociedade que só se pode desafiar com as mais graves consequências para o conjunto da sociedade israelita. É essa descrição da posição fundamental do rei como a figura simbólica central numa ordem social e política bem definida que permite que a ideologia e o ritual régios se voltem para os problemas gêmeos da justificação da monarquia defronte a oposição ao seu desenvolvimento e de toda a ameaça procedente das facções urbanas que poderiam usurpar a posição do rei e pretender ao trono. (CLEMENTS, 1992, p. 130)

As sociedades antigas de nível estatal se preocupavam com manutenção da lei e da ordem dadas às grandes desigualdades de tais sociedades - grandes desigualdades inerentes à

estratificação. O rei era responsável pela lei e pelo controle de tensões. Os arquivos e a literatura preservada do Oriente Próximo revelam problemas sociais e políticos como sendo características endêmicas de tais sociedades. A centralidade das responsabilidades judiciais do rei, em toda a literatura conservada do Oriente Próximo antigo em vários arquivos estatais, indica a importância do controle e administração de tensões sociais e políticas endêmicas nessas sociedades. (CLEMENTS, 1995, p.132).

O papel do rei em Israel no exercício da justiça tem sua contrapartida na execução por Yahweh desta tarefa no âmbito divino. O Salmo 72 afirma esta ordem cósmica “Ó Deus, concede ao rei teu julgamento e a tua justiça ao filho do rei; que ele governe teu povo com justiça, e teus pobres conforme o direito.” (Sl 72 1s). É dever do rei garantir a justiça no seu reino. O pedido no começo do salmo é pelo dom da habilidade nessa tarefa (cf. 1Rs 3). “A concessão e uso deste dom determina o bem-estar da nação em seu conjunto, uma vez que intricadamente ligado à fertilidade, prosperidade e segurança da nação.” (Sl 72,3.5-7.15-17). Justiça, ordem, fertilidade e prosperidade, encontra-se em todos relacionados nos salmos régios e outros materiais na Bíblia hebraica (Sl 45.2.4.68-9; Sl 89,21-23; Sl 110,1-2; 2 Sm 23,3.46-7) Se o rei falhar na justiça, da mesma forma que os seres vivos do Salmo 82, a estrutura social, política e ecológica fica aberta aos poderes caóticos sempre presentes. (CLEMENTS, 1995, p.131-132).

Levanta-te, ó Deus, julga a terra, pois as nações todas pertencem a ti!. Este salmo, quanto à ideologia régica proporciona uma justificativa extremamente vigorosa do papel do Estado incorporado no rei. Sem um rei, triunfará o caos. Juízes 17-21 contém justificativa semelhante para a existência da monarquia como garantia para o bom funcionamento do Estado, mesmo com a presença desordem. Havia promessa da derrota dos inimigos do rei, representada como os poderes do caos, e o estabelecimento de um domínio universal. (Salmo 72, 8-11) (CLEMENTS, 1995, p. 131-132).

É pertinente mencionar a aliança que Yahweh faz com Davi em 2 Samuel 7, 8-16, na qual promete a derrota dos inimigos do rei, que o seu reinado seria firmado, bem como o estabelecimento da “Casa de Davi”, ou seja, uma linhagem que se perpetuaria “para sempre” em Israel.

Tal promessa ainda tem um caráter incondicional, uma vez que os descendentes de Davi estariam sujeitos a castigos e punições divinas em caso de erro, pecado ou afastamento de Deus, porém “o favor” de Yahweh jamais se apartaria de Davi, tal como houve quando da

rejeição de Saul, o rei anterior. Podemos notar, portanto, uma certa legitimação da realeza em Israel.

No entanto, é importante considerar a forma como a narrativa bíblica avalia os reis. O Historiador Deuteronomista trata da monarquia colocando todos governantes dos dois reinos em um esquema no qual destaca aspectos teológicos e de temporalidade. Tal esquema foi tomado como exemplo emprestada de duas fontes diferentes, mencionadas de forma recorrente, a saber “as crônicas dos reis de Israel e Judá” (VAN SETERS, 2008, p. 324).

Cada juízo teológico que o Deuteronomista faz dos reis é consequência de sua estrutura temática particular, dando unidade ao todo da obra. Tais juízos são bastante estereotipados. Para os bons reis de Judá, tem-se esta fórmula: “Fez o que é agradável aos olhos de Yahweh, como tudo o que fizera seu pai. Entretanto, os lugares altos não desapareceram e o povo continuava a oferecer sacrifícios e incenso nos lugares altos.” Casos como o de Josafá (IRs 22,43s), Ozias (Azarias) (II Rs 15, 3s.), Joás (II Rs12, 2s.), e Amasias(II Reis14 3s). A segunda parte da avaliação logicamente não se aplica aos governos de Ezequias e de Josias, uma vez que teriam procedido de forma exemplar (II Rs 18.3; 22,2). Aos reis indignos de Judá e a todos os reis de Israel os juízos são dados na seguinte fórmula: “Fez o mal aos olhos Yahweh, imitou o comportamento de seu pai e o pecado ao qual tinha arrastado Israel (IRs 15, 26). Para os reis do norte o Deuteronomio acrescenta:”Imitou em tudo a conduta de Jeroboão, filho de Nabat, e os pecados a que este levava Israel.Os dois filhos de Acab e os reis de Judá relacionados por casamento à sua dinastia são comparados a Acab e Jezebeu ou a sua descendência, comparação repetida ao tratar-se da progênie de Manassés. (VAN SETERS, 2008, p. 325).

Mudanças consideráveis na escolha, ou na combinação dos clichês estereotipados, ocorreu em cada um dos julgamentos, que são ainda mais modificados por meio de detalhes específicos de cada rei. Essas fórmulas de juízo não são usadas apenas como recurso editorial ao pontuar o início e o fim de um reinado, mas ocorrem frequentemente, e de forma mais elaborada, como parte de cenas em que oráculos proféticos são dirigidos aos reis. Isso tem como resultado um padrão para discursos de julgamento profético e de consumação de profecias. Parte significativa dos textos contribui para a unidade temática desejada pelo autor. Uma complexa rede de interconexões que não favorecem que a redação seja dividida como frequentemente se sugere. (VAN SETERS, 2008, p. 325).

Os juízos não devem ser vistos de forma isolada, relacionando intimamente a alguns episódios e discursos temáticos. Referem frequentemente a Jeroboão, primeiro dos reis do norte, ou a Davi, para os reis do sul, e estes dois soberanos teriam acarretado importantes consequências em todos os reinados subsequentes. Parece razoável supor, portanto, que o Historiador Deuteronomista incluiu em sua obra episódios centrais de 2 Samuel 7; I Reis, 6-8 e I Reis 12, 26 e ss, bem como os juízos que deles decorrem. Esses juízos só fazem sentido se pressupor a exposição do Deuterônomo da vida de Davi, da construção do Templo e da apostasia de Jeroboão. O tema da promessa em II Sm 7, 12-17 é tratado em I Rs 3,2s; IReis 11, 1s.). Porém, nestes textos também estão incluídos os juízos (IRs 3, 2s.; IRs 2, 4ss.; IRs 2, 33) Tais julgamentos também ocorrem no padrão de eleição ou rejeição em IRs 2, 29ss., IRs14, 7-16; IRs16, 1-4, e os temas se mesclam. E somente o primeiro dos reis do norte, Jeroboão, é comparado a Davi. (VAN SETERS, 2008, p.326).

Primeiramente, Obra Historiográfica Deuteronomística apresenta o período dos Juízes como tempo do povo, em que este oscila entre Yahweh e Baal (Jz 2.10 ss). Na época seguinte, enfoca exclusivamente um único indivíduo: poder e responsabilidade estão, apesar das restrições impostas pela lei, sobre o rei (Dt 17, 14-20) Apenas com o rei; a ele é comunicada a sentença válida para toda a sua geração. (SCHMIDT, 1994, p.138)

Logo se perde, porém, a chance que a monarquia tem: à ascensão súbita sob Davi segue um descenso gradativo, não há uma oscilação como no período dos juízes. A avaliação feita acerca Salomão destaca: “seu coração não estava de todo junto a Deus” (1 Rs 11,4; cf 8.58,61). Isto vale muito mais para quase todos os seus sucessores. A avaliação de Davi, que falta na própria narrativa de Davi, é recuperada de forma indireta, com a conduta dele servindo como critério ou referência: “Seu coração não estava integralmente com Yahweh, seu Deus, como o coração de Davi, seu pai. (...) Pois Davi fez o que era reto perante Yahweh, e não se desviou de tudo quanto lhe ordenara em todos os dias da sua vida, com exceção do caso de Urias, o heteu” (1 Rs 15, 3,5; cf 9,4; 11, 34.39; 14.8 e outras.) (SCHMIDT, 1994, p.139).

Além de Davi, vários reis de Judá receberam elogios: de forma condicional, por exemplo: Asa (1 Rs 15, 11,14), de forma incondicional; Ezequias (2 Rs 18,3ss) e sobretudo Josias. Depois dele, não houve entre todos os reis de Judá quem se lhe pudesse comparar, e antes dele também não houve. Conservou-se fiel a Yahweh, sem jamais se afastar dele , e observou os mandamentos que Yahweh prescrevera a Moisés.. (SCHMIDT, 1994, p.140).

As ações do rei para com Deus e para com a Lei de Moisés contida no Deuteronômio é o fator decisivo para a prosperidade ou o infortúnio de determinado período. Tal critério fatalmente leva à condenação da monarquia do Reino do Norte, pois a separação política do Reino do Sul implicou o afastamento do santuário exclusivo, escolhido por Javé, que se localizava em Jerusalém. O Reino do Norte poderia ter experimentado a salvação se tivesse obedecido à Lei de Moisés assim como Davi o fizera. (1 Rs 11,38s.). No entanto, o primeiro rei Jeroboão se desviou do caminho correto para atingir a autonomia em termos de culto a Yahweh, determinando, dessa forma, o erro das épocas posteriores (compare 1 Rs 14,17ss.; 2 Rs 17,21ss. com 1 Rs 12,26ss.). Com a instituição de um culto próprio, que seria mantido durante toda a história deste estado e seria considerado o “pecado de Jeroboão” (1 Rs 14,16 e assim; 2 Reis 17,21) parece que a queda já estava com um fado. Ainda assim, o julgamento dos monarcas de Israel foi realizado de forma diferenciada. (cf. 2 Rs 17,2) (SCHMIDT, 1994, p.140).

Os critérios do Deuteronômio são bastante unilaterais. Não se fala em transgressões éticas ou políticas, da injustiça social que os profetas criticam; por via de regra, transgressões referentes ao culto, de cunho teológico, eram mencionadas – apostasia e adoração de deuses estranhos, transgressão do primeiro e segundo mandamento, violação da unidade e da pureza do culto. A obra pode ser comparada à mensagem profética ao limitar-se mais a indicar desvios do que a exortar à conduta correta. Até “a adoração de Deus é vista menos na perspectiva do desenvolvimento de suas diversas possibilidades, mas antes a partir dos diversos desvios possíveis e de fato ocorridos no transcurso da história”, pouco interesse a obra mostra no desenrolar do propriamente dito. Independentemente do fato de que esta versão possa ser simplista ou até injusta, não deixa de expressar a conclusão acerca da salvação ou da desgraça: através da fidelidade ou infidelidade à própria fé, que exige exclusividade a Yahweh. (SCHMIDT, 1994, p140).

As reformas cultuais propiciam numerosas possibilidades de interconexões e recapitulações, tornado mais forte a noção de unidade. O tipo mais óbvio de conexão é a comparação entre um rei e seu sucessor imediato. Mas há referências também aos reis anteriores, principalmente às apostasias de Salomão, Acabe, Acáz e Manassés. Estas são mencionadas largamente nos relatórios das reformas de Manassés e Josias. (VAN SETERS, 2008, p.327).

Hoffmann também nota que, embora não embasado em tradições ou evidências, o Deuteronomista atribui consequências religiosas a determinados acontecimentos políticos, como o casamento de princesas estrangeiras, a divisão do reino, e as revoluções políticas de Jeú e Jojada, e a subserviência aos assírios por Acáz e Manassés. Por esse motivo, as reformas religiosas (ou apostasias) é que subdividem os períodos históricos, determinando as mudanças entre eles, enquanto os acontecimentos políticos do Estado ficam muitas vezes em segundo plano. (VAN SETERS, 2008, p. 327).

O relato da reforma de Josias, em II Rs 22-23, é bastante pertinente. A restauração do Templo é descrita (22, 3-9), e não pode ficar à parte do relato que menciona a reformulação das finanças do Templo em II Rs 12, 5-17 (4-16). “A criação anterior do sistema financeiro do Templo, nos tempos de Jeoás, é inteiramente pressuposta na crônica posterior de Josias. (II Rs, 22,3-7) O sistema de coleta de obrigações e as referências a um “alto sacerdote” e outros funcionários do templo induz a uma associação à fonte Sacerdotal do Pentateuco e ao período do Segundo Templo (Es 1-6). A conexão entre a descoberta do livro da Lei e a restauração do Templo é fraca (22, 8-10) e aponta que, originalmente, tinha-se apenas a descoberta do livro da Lei pelo sacerdote Elcias e sua transmissão ao rei. Assim, no relato original tudo seria motivado pela descoberta do livro da Lei. (VAN SETERS, 2008, p.327).

Em II Rs 23, 21-23, após o período da reforma, a Páscoa será celebrada conforme o “livro da aliança” – Deuteronomio. Isso torna possível ao Deuteronomista rememorar toda a corrente de sua História: “Porque nunca se celebrou tal páscoa como esta desde os dias dos reis de Israel, nem tampouco dos reis de Judá.”(II Reis 21, 21-23) O Deuteronomista divide a história de Israel em duas eras principais: a dos juízes e a da monarquia. (VAN SETERS, 2008, p.328).

Van Seters afirma que é possível concluir que a unidade da obra não é consequência apresentação de uma tese única, seguida de sua demonstração ou argumentação. Mas, ao reunir materiais de diversas extensões, o autor lança mão de técnicas de unidade próprias do estilo paratático. “Entre outras, temos os padrões, analogias, repetições, fórmulas estruturais, as profecias (e sua concretização) e o contraste entre figuras de vulto, como Saul e Davi ou Davi e Jeroboão.”(ISm 10, 1-16); (IISm 12, 10-12) ;(IISm 13); (II Sm 15), (IIRs 11, 29-40.); IIRs 12, 20). Isso permite expressar ideias diversas, fracamente associadas entre si, e incluir em sua obra uma vasta gama de material, de estilos distintos. Seria equivocado dividir cada padrão ou esquema em redações ou fontes distintas. Nenhum esquema se sobressai do todo (após a periodização) e os assuntos não favorecem tal tratamento. A interconexão e mescla

dos padrões e das fórmulas ressaltam a sensação de unidade. “Assim, o texto Deuteronomista é exemplo da antiga prosa historiográfica no estilo paratático, e é vital ao estudo da parataxe na prosa do resto do Antigo Testamento. (VAN SETERS, 2008, p.330).

O reconhecimento de que a situação literária nos livros históricos é diferente da do Pentateuco ou do Tetrateuco (Gênesis, Êxodo, Levítico e Números) é relativamente recente. Ao comentar o livro de Josué (1938), M. Noth foi levado por suas percepções a supor que haja uma “Obra Historiográfica Deuteronomística” que se estende desde o Deuterônomo até o Segundo Livro dos Reis, e A Jepsen chegou a conclusões parecidas. (SCHMIDT, 1994, p.134)

Antes se explicavam estes livros históricos veterotestamentários de maneira semelhante ao Pentateuco. As fontes escritas já ofereciam certas unidades narrativas que perpassavam o complexo todo. Certamente não se ignoraram as passagens do livro de Josué até o Segundo Livro dos Reis, que se destacam por sua passagem característica quanto à linguagem e ao estilo. Todavia, estas partes eram consideradas acréscimos na redação a um complexo narrativo que já existia; no livro dos Reis já se atribuía em maior grau a seleção e a configuração da tradição a este mesmo redator. (SCHMIDT, 1994, p.134)

Houve numerosas tentativas a fim de rastrear as fontes do Pentateuco (sobretudo *J* e *P*, ocasionalmente também *E*) pelo menos até o livro de Josué ou mais além, até os livros dos Reis. Mas os resultados foram divergentes e até o momento não encontraram reconhecimento geral. Já o entrelaçamento dos textos entre si para formar uma obra narrativa que abrange várias épocas, ainda mais sua equiparação com uma das fontes mais antigas do Pentateuco, suscitou opiniões diferentes. Em termos gerais, se impôs a tese de M. Noth, embora diferenciada e modificada. (SCHMIDT, 1994, p.)

M. Noth reconheceu o Deuterônomo como autor de todo o extenso complexo literário. O Historiador Deuteronomista criou uma obra “inigualável no seu meio circundante (...)” Reúne cerca de sete séculos de história israelita desde o tempo de Moisés até o exílio babilônico, retrabalha com grande esmero tradições literárias e fatos que foram vivenciados diretamente e elabora uma concepção de surpreendente coesão” (NOTH APUD SCHMIDT, 1994, p.134)

Antes do Deuteronômio, não havia um projeto historiográfico contínuo que abrangesse todos estes séculos, mas narrativas isoladas, que formavam ciclos narrativos, como as coleções de histórias da época de Josué e de Juízes, ou então também nos relatos autônomos de certas épocas, como a história da ascensão e sucessão de Davi ao trono, em 1 Samuel 16- - 1 Reis 2. Independentemente ainda eram o ciclo das histórias de Elias e Eliseu, em 1 Reis 17-2 Reis 13, e outras narrativas referentes a profetas. Além disso, a obra compila material bem diversificado: tradições de santuários ou da corte, listas de funcionários públicos, por exemplo. (2 Sm 8, 16ss; 20, 23 ss.; 23,8ss.; 1Reis 4), extratos de uma crônica e outras. (SCHMIDT, 1994, p.135).

Bem, é interessante fazer análise de alguns aspectos da narrativa. É possível fazer um paralelo do capítulo 8 de 1 Samuel com o capítulo 12 deste mesmo livro, no qual o profeta Samuel abdica. 1 Sm 12,12: “Exigir um rei, quando o próprio Yahweh era o rei de Israel”, implica na rejeição da própria divindade. O segundo livro dos reis menciona as causas da ruína de Israel. O povo não seguiu as Leis de Moisés, não respeitou os termos da Aliança. “Fizeram assim como seus pais”. A menção à saída do Egito é frequente.

Conforme 1 Sm 10, 1, a investidura de Saul como rei (o primeiro rei) inclui a unção. É uma consagração divina. Nos relatos acerca da sucessão entre os reis de Israel e Judá, apenas cinco reis têm a unção mencionada na narrativa. São eles Saul, Davi, (ungidos por Samuel), Salomão (Ungido por Natã), Jeú (Ungido por Eliseu) e Joacaz (A narrativa não menciona que lhe conferiu a Unção). Nos demais casos a narrativa trata da sequência dos reis sem fazer o uso do termo unção.

Saul cometeu graves erros: primeiramente não esperou o profeta Samuel e acabou fazendo o sacrifício. (1 Sm 13, 7-14). Tal oferta a Yahweh deveria ser efetuada pelo sacerdote. Mas ele mesmo fez isso. Na sequência da narrativa, Saul forçou os que estavam com ele a fazer jejum durante um dia de batalha contra os filisteus. (1 Sm 14, 24). Quem pegasse alimento deveria ser punido com a morte. Acontece que Jônatas, filho de Saul, havia saído antes e comeu o mel que corria, tendo o vigor recuperado, (ele, portanto, desconhecia a ordem do rei, seu pai.), participando de forma decisiva na vitória da tropa de Israel. (1 Sm 14, 41-46.) Não fosse o povo intervir, Saul teria ordenado a morte do próprio filho. (1 Sm 14, 44.).

Além disso, a Bíblia relata que o povo estava faminto no fim do dia, abatendo os animais e comendo sua carne sem que estes animais fossem sangrados. “Acabaram comendo

a carne juntamente como o sangue”(I Sm14, 34) o que é expressamente proibido pela Lei. Em seguida, Samuel recebeu uma ordem de Yahweh ao rei: Guerrear contra os amalecitas, votando estes ao interdito, eliminando todos completamente, homens e animais. Porém, a Bíblia relata que Saul votou ao interdito somente o que era “ordinário e sem valor”, além de ter conservado o rei amalecita, Agag, em vida. (ISm14,20). O profeta Samuel foi divinamente avisado. O rei Saul disse que havia poupado o melhor do gado para oferecer em sacrifício a Yahweh. O profeta Samuel respondeu que a obediência era melhor do que o sacrifício. Na cena seguinte o profeta Samuel se retira. O rei Saul pediu ao profeta que não se afastasse, agarrou a orla do manto. O manto rasgou-se. O profeta então disse que, assim como o manto havia rasgado, assim Yahweh havia arrancado de Saul a realeza. (I Sm15, 28 e 29).

Interessante fazer o paralelo com 2Rs 11, 29s., no qual o profeta Aías Rasga seu manto novo em 10 pedaços e os entrega a Jeroboão, dizendo que este reinaria sobre as dez tribos de Israel, antes mesmo da morte de Salomão e, portanto, do Cisma das tribos. Judá ficaria com os descendentes de Davi, em atenção à sua conduta exemplar.

A narrativa menciona que Saul se portou de forma valorosa e combateu os inimigos da vizinhança (I Sm 14, 47-52). Também está escrito que a guerra foi violenta contra os filisteus . Depois, a narrativa segue dizendo que o rei, logo que descobria um homem forte e valente, o chamava para o seu serviço. Este último item explica, por exemplo, como o jovem Davi ingressou na corte, pois havia derrotado o gigante filisteu Golias. (ISm 14, 42)

O relato de IISm 1- 4 conta que Davi conseguiu vencer os amalecitas em Siceleg e, depois, seguiu para Hebron onde foi aclamado rei. Davi combatia os amalecitas enquanto Saul estava sendo derrotado pelos filisteus. Davi não conspirou contra Saul em momento algum e estava distante, também guerreando, quando da morte de Saul. E foi aclamado pelo povo. Isso conferiu bastante legitimidade à sua condição, ao seu status de rei.(ISm 15, 7-10; 24, 4-8; 27, 1-3).

Porém, Abner, que era tio de Saul e chefe do exército nomeou um dos filhos de Saul chamado Isboset como o novo rei. E houve confrontos, de modo que Davi reinou primeiramente sete anos apenas sobre Judá.(II Sm 2, 1-7). As coisas começaram a mudar de maneira significativa a partir do momento em que Isboset acusou Abner de estar se relacionando com as concubinas que eram de Saul. Abner sentiu um desgosto profundo com isso e partiu para Hebron, ao encontro de Davi para ofertar apoio.(II Sm 3,7s. ; 3,12s.).

Ao retornar, Abner foi assassinado por Joab, aliado de Davi. Acontece que Abner feriu mortalmente Asael, que era irmão de Joab. Este último vingou a morte do irmão. Davi lamentou profundamente o fato e providenciou o funeral do chefe do exército de Israel. (II Sm 3, 22-27)

Isboset, então rei de Israel, assim como as suas tropas ficam completamente desestabilizados com a morte de Abner. A narrativa conta na sequência que dois emissários de Davi encontraram o rei de Israel dormindo a sesta e o mataram. Estes retornaram a Davi anunciando que seu rival tinha sido eliminado ao que o rei Davi puniu de forma enérgica: ordenou que os dois fossem mortos.(II Sm 4).

A narrativa segue que as tribos de Israel foram ao encontro de Davi e o proclamaram rei, desta vez sobre todo o povo de Israel.(II Sm 5, 1-5. Segundo o relato, Davi cometeu adultério com a mulher de Urias, e posteriormente planejou a morte deste nas mãos dos inimigos no campo de batalha. Violou, assim, a Lei de Moisés. Davi foi ameaçado por Yahweh através do profeta Natã.(II Sm12, 7-12). Inimigos seriam suscitados de dentro da própria família, e que a espada não cessaria de devorar a casa.(IISm 12,11).

Um dos filhos de Davi, chamado Amnon, apaixonou-se de forma ardente por Tamar, que era muito bela, também filha do rei, mas de mãe diferente (IISm13, 1s. Ele seguiu o conselho de um aliado para fingir-se de doente, receber os cuidados de Tamar num ambiente privado. Tamar aceitou cuidar de seu meio irmão. Amnon, a sós com ela, a possuiu à força, e depois passou a sentir grande repulsa por Tamar, mais intensa que seu desejo anterior. Tamar ficou desesperada, não tendo encontrado o apoio de ninguém na corte. Somente seu irmão Absalão lhe concedeu abrigo. (II Sm13,20).

De acordo com a Bíblia, Davi não quis punir severamente Amnon, pois o amava - era seu primogênito. Absalão ficou em silêncio, mas passou a odiar Amnon por ele ter violado Tamar. Dois anos se passaram e Absalão ofereceu um banquete. Convidou todos os filhos do rei e ordenou que, quando Amnon estivesse embriagado com o vinho, e recebessem um sinal, deveriam assassiná-lo. E assim o fizeram. Absalão fugiu, mas depois foi readmitido na corte. (II Sm13, 21-33).

Porém, ele tramou uma conspiração para usurpar o reino de seu pai. Ele conseguiu mobilizar um exército que o proclamou rei e perseguiu Davi. Numa das batalhas a mula em que

Absalão montava passou pela folhagem espessa de um carvalho. A cabeça de Abalão ficou presa nos galhos enquanto a mula passou adiante. Ele ficou suspenso pela árvore. Combatentes de Davi mataram o inimigo do rei, apesar das ordens para que fosse poupado. O rei Davi, ao saber dos fatos sentiu uma tristeza profunda, e lamentou a morte de seu filho. No entanto, o próprio exército de Davi cobrou uma postura diferente do rei: a postura de um rei vencedor. (II Sm19, 1-8).

Salomão, filho e sucessor de Davi, construiu o Templo dedicado a Yahweh, de acordo com o texto bíblico. A narrativa de I Reis 6,1-2 menciona uma data: 480 anos depois da saída do Egito, quarto ano do reinado de Salomão, mês de Ziv (segundo mês). Segue o relato de aspectos artístico e arquitetônicos, uso de cedro e de ouro, e que a construção fora terminada em sete anos. O palácio de Salomão demorou treze anos para ser construído. Há igualmente uma descrição de aspectos artísticos e arquitetônicos. Conforme o relato, templo e palácio foram posteriormente consagrados e a graça de Yahweh, em forma de uma nuvem, encheu o local, de modo que não foi possível a ninguém permanecer. (IRs 8,10-11).

Há o relato de que Salomão tinha mulheres estrangeiras e, sendo já velho, teria sido seduzido para servir a deuses estrangeiros, de modo que seu coração já não era exclusivamente de Yahweh como fora o coração de seu pai, Davi. Apesar das advertências ele seguia com este comportamento. “E Yahweh irritou-se com ele” (IRs 11,4-12). O relato segue mencionando inimigos de Salomão, suscitados por Yahweh, a promessa a Jeroboão, a morte de Salomão, e o Cisma das tribos. O desastre da monarquia aprofundar-se-ia na sequência do relato. O Reino de Israel, ao Norte, caiu nas mãos dos assírios em 722 a.C. O Reino de Judá, ao Sul, foi dominado pelo babilônios em 587 a.C, episódio conhecido como “Cativeiro da Babilônia” ou “Exílio”.

CONCLUSÃO

Enfim, a Bíblia como fonte é uma possibilidade de estudos para a História do Antigo Israel. Entretanto, para este objetivo, devemos analisar tal fonte com técnicas empregadas na análise da literatura secular tal como afirmam Alter e Kermode (ALTER e KERMODE, 1997, p.13). Dessa forma, para uma estudo histórico, é interessante o posicionamento de Berlesi, o qual enfatiza que, para esse objetivo, a Bíblia deve “encontrar-se desprovida do seu caráter sagrado”, deve ser “tomada como escrita humana”, com uma “herança cultural” do povo hebreu. (BERLESI, 2008, p. 23).

Quanto à monarquia, forma de governo estranha para as tribos nômades israelitas, foi considerada maléfica e pagã, pois era uma referência dos povos cananeus. A instituição da realeza foi uma violação da Aliança do Sinai, à época de Moisés: Agora, se ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, sereis para mim uma propriedade peculiar entre todos os povos, porque toda a terra é minha. Vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa. Estas são as palavras que dirás aos filhos de Israel. (Ex 19, 5 s.).

O destino de Israel como povo, segundo a narrativa bíblica, era justamente ser diferenciado frente às outras nações. A monarquia também foi o palco de muitas intrigas dinásticas na corte do rei Davi, as quais não teriam motivo algum para ocorrer não fosse a opção pela via monárquica. (2Sm 15, 1-12); (2Sm 16, 1-4) (2Sm 19, 40-43).

Contudo, ela foi uma escolha para o exercício de um governo pretensamente mais organizado, que transformou um povo nômade em uma nação, recebendo, posteriormente, o beneplácito de Yahweh no pacto feito com Davi, cuja promessa foi estabelecer a “Casa de Davi para sempre em Israel.” Ou seja, haveria uma dinastia real a partir de Davi. Seria a consolidação ou aceitação da realeza.

Por volta do décimo oitavo ano do reinado de Josias, o poderio da Assíria estava em declínio. Um movimento pela independência ganhou força na corte. Sua expressão era uma teologia de lealdade a Yahweh como o único deus de Israel. Josias deu incentivo, e uma grande reforma religiosa começou. A base da mudança foi uma versão mais antiga do Deuteronômio: os capítulos 5 a 26, chamados de Proto-Deuternômio. Era a aliança entre Judá e Yahweh.

Posteriormente, a redação do texto continuou durante Exílio. Os caldeus causaram a destruição do Reino de Judá em 586 a.C. O fim da realeza em Israel suscitou muitas reflexões e especulações de cunho teológico entre a elite que havia sido exilada na Babilônia. Era preciso encontrar uma justificativa para aquela situação. A punição de Yahweh por diversos erros foi a resposta encontrada: o insucesso dos israelitas em seguir a Lei de Moisés. Desta forma uma história foi criada para relatar esse desastre.

Ciro, rei persa, concedeu a permissão para que os judeus voltassem para a palestina e construísse o Templo de Jerusalém (Os Caldeus haviam destruído o anterior, feito por ordens de Salomão.). Os capítulos 1 a 4 e 29 a 30 foram incluídos na obra do Deuteronomio, que seria a introdução da narrativa dos acontecimentos que levaram ao Exílio ou ao Cativo da Babilônia: o relato de um povo que tomaria posse Terra Prometida se tornou a história de um povo que, em breve, retornaria a ela. Assim, Os capítulos legislativos (19-25) foram ampliados para tratar de questões mais variadas. Os capítulos finais, 31 a 34, foram depois acrescentados à obra para uma nova conclusão. (SCHMIDT, 1994, p.120).

A indicação da extensão da obra ao mesmo tempo determina o último marco anterior da época de seu surgimento: deve ter sido escrita após os últimos acontecimentos relatados em 2Reis 25.27-30, ainda à época do exílio, por volta de 560 a.C. – o rei deportado, Joaquim, foi libertado do cárcere e acolhido na corte pelo sucessor de Nabucodonosor, Evil-Merodaque. O contexto básico da obra deve remontar a este tempo. “Não há nem mesmo uma alusão à reviravolta que a época persa (a partir de 539 a.C.) trouxe consigo.” O local da redação é controvertido, mas (como nas Lamentações) é ainda mais provável que tenha sido na Palestina do que na Babilônia. Talvez em Mispa, que teve algum destaque depois que Jerusalém foi destruída. (2 Rs 25,22ss.). (SCHMIDT, 1994, p.136).

Diversas constatações, porém, nos obrigam a corrigir a opinião de M. Noth em um aspecto: dificilmente houve apenas um único Deuteronomista, mas uma Escola Deuteronomista. Assim, é possível explicar certas irregularidades e complementações dentro da obra Historiográfica Deuteronomista. Ela tem características um estilo estreitamente afim e imbuída, além um espírito muito similar: o redator mudava, a escola prosseguia. Também é possível compreender a influência considerável da obra no conjunto do Antigo Testamento, que vai além dos livros de Josué e Reis, “interferindo, inclusive, na configuração dos livros

proféticos. A escola transmitia e comentava a tradição histórica e profética.” (SCHMIDT, 1994, p.137).

Israel foi afetado como um todo queda no Reino do Norte, muito ainda pela catástrofe que levou ao Cativo da Babilônia. A Obra Historiográfica Deuteronomista deveria responder acerca da existência e do destino do povo de Deus, temática que ainda não havia sido tratada por nenhum outro ciclo narrativo anteriormente. Assim a obra narra (ao contrário do que se fez mais tarde o Cronista em 2 Cr 10ss.) a história de ambos os estados, Israel e Judá; “importava-lhe a história do povo de Israel como um todo. Afinal, o reino do norte e o Reino do Sul não constituíam partes do mesmo povo de Deus, que carregavam ambos uma culpa equivalente e por isto tiveram de sofrer um destino parecido, embora consecutivamente (2 Reis 17; 21; 24.3s.)? “ A ideia do povo de Deus como uma unidade, não corresponde apenas a uma compreensão influenciada pela conjuntura, “mas retoma ao mesmo tempo a abordagem da mensagem profética e uma preocupação principal do Deuteronômio.” (SCHMIDT, 1994, p.139).

O Deuteronômio exorta para a obediência, temor e amor a Deus. A Obra Historiográfica Deuteronomista mostra, com base nos períodos anteriores, como Israel poucas vezes seguiu tal orientação. A obra tem por temática, assim, “uma espécie de autoconhecimento ou confissão em forma de retrospectiva histórica: depois e durante a catástrofe,” o passado de Israel, desde a tomada da terra até o tempo mais recente, é uma história de constante apostasia de Deus, com advertências, punições e um castigo definitivo pela desobediência. “Desta forma a historiografia adquire um sentido concreto: em vista da catástrofe nacional indica a culpa exclusiva de Israel e a razão e o direito de Deus.” (SCHMIDT, 1994, p138.).

Trechos da narrativa bíblica destacam Yahweh como uma divindade zelosa ou ciumenta, que sente mágoa e fica irritado e pune (Gn: 6, 5ss.),e também escuta os clamores por auxílio(Gn: 16,11), com a possibilidade do perdão (2Reis: 20,1-7). O relato acerca do recenseamento feito pelo rei Davi é bastante peculiar (2Sm 24, 1-17). Yahweh ficou irritado com Israel e impeliu rei Davi a ordenar a contagem do povo. Em seguida Yahweh pune tal atitude. Oferece opções de castigo, como sete anos de fome sobre a terra, ter de fugir da perseguição dos inimigos por três meses, ou que a peste aflija a Israel por três dias. Davi escolheu a última opção, dizendo que é melhor sofre nas mãos de Yahweh que é

misericordioso do que nas mãos dos homens. O que revelou grande confiança na divindade. E o flagelo de fato veio sobre a terra. O relato menciona o arrependimento do próprio Yahweh depois da morte de cerca de 70 mil pessoas. E o castigo cessou.

O primeiro resultado a que chegou o Deuteronomista foi que Yahweh não falhou e nada, que Israel destruiu sua salvação com as suas próprias mãos, ou seja, com seu pecado. O julgamento de Yahweh na história foi justo. “De maneira que serás tido por justo no teu falar;” (Sl 51, 4) Esta é a preocupação do Deuteronomista. Sua obra é uma grande “doxologia do julgamento”, transposta no domínio do culto para o da literatura. (SCHMIDT, 1994, p.139).

A Bíblia menciona que os reis de Israel e de Judá foram advertidos pelos profetas diversas vezes, porém, continuaram com sua conduta, a qual desagradava a Yahweh. A Obra Historiográfica Deuteronomista, composta nos períodos do exílio e pós-exílio procurou relatar os motivos daquele contexto, apresentado, dentre outras coisas, o fracasso do período monárquico, sendo, portanto, uma visão negativa da Monarquia Israelita.

Conforme o texto bíblico, Yahweh libertou Israel do cativeiro no Egito, “a casa da servidão”. Deu a Terra Prometida como dádiva, mas o povo foi infiel. E, como punição, povo Israel foi levado cativo para o Exílio na Babilônia. Outro aspecto relevante é a perda da autonomia política. Israel voltou para o território palestino, autorizado por Ciro da Pérsia. Entretanto, não seria mais independente politicamente. Israel havia perdido sua soberania.

FONTES

BÍBLIA – **Bíblia Sagrada – Ave Maria**. São Paulo: Ave Maria, 2001.

BÍBLIA – **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BIBLIOGRAFIA

ALTER, Robert e KERMODE, Frank. **Guia Literário da Bíblia**. São Paulo, Unesp, 1997.

BERLESI, Josué. **História, Arqueologia e a Cronologia do Êxodo: Historiografia e Problematizações**. Cidade: Sinodal, 2008.

CARVALHO, Tiago Samuel Lopes. **A Origem do Conceito de Reino na História de Israel**. Anais do Congresso ANPTECRE, 2015.

CLEMENTS, R.E. (Org). **O Mundo do Antigo Israel**. São Paulo: Paulus, 1995.

FINKELSTEIN, Israel e SILBERMAN, Neil Asher. **A Bíblia Não Tinha Razão**. São Paulo: A Girafa, 2003.

LIVERANI, Mario. **El Antiguo Oriente, Historia, Sociedad y Economía**. Barcelona: Crítica, 2008.

LIVERANI, Mário. **Para Além da Bíblia: História Antiga de Israel**. São Paulo: Paulus - edições Loyola, 2008.

OPPENHEIM, Adolph Leo. **La Antigua Mesopotamia; Retrado de Una Civilización Extinguida**. Madrid: Gredos, 2010.

PERDUE, Leo G. **Hebrew Bible**, Malden: Blackwell Publishers, 2001.

SICRE, José Luis. **Los Orígenes de Israel, Cinco Respuestas a un Enigma Histórico**. Madrid: Estudios Bíblicos, 1988.

SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

VAN SETERS, John. **Em Busca da História; Historiografia no Mundo Antigo e As Origens da História da Bíblia**, São Paulo: USP, 2008.

SITES INTERNET:

SlideShare;

Disponível em: <<https://www.slideshare.net/respirandodeus/panorama-do-at-reis-1-e-2>>

Acesso em: 15 dez. 2017.

Hebraico.Pro;

Disponível em:

<http://www.hebraico.pro.br/r/biblia/quadros.asp?qs_Versao=1,%20&QS_Livro=1SAMUEL&qs_Capitulo=12&qs_Versiculo=1&qs_O_Livro=1SAMUEL&qs_O_Capitulo=12&qs_O_Versiculo=1&qs_CorFundoTexto=&qs_TVVisible=&qs_Proc_Op_Visible=&qs_Fonte_Visible=none&qs_Size_Lat=5&qs_Face_Lat=Times%20New%20Roman&qs_Sizes_Heb=6%C2%A7&qs_Faces_Heb=Times%20New%20Roman,&qs_Massoreticos=Com%20massor%C3%A9ticos,&qs_Fontes_Selecionadas=Times%20New%20Roman%C2%A7&QS_Proc_Versao=0,&QS_De_Livro=GENESIS&QS_De_Capitulo=1&QS_De_Versiculo=1&QS_Ate_Livro=APOCALIPSE&QS_Ate_Capitulo=22&QS_Ate_Versiculo=21&QS_Trans_Simples=N&QS_Trans_Simples_Inter=S&QS_Heb_Port_Inter=S&QS_Texto_Heb=N&QS_Texto_Port=S&QS_Parar=1&QS_Esc_Heb=&QS_Abrir=S&QS_Procurar=N&QS_Pagina=1&QS_Txt_Procurar=&QS_Idioma_Txt_Procurar=P&QS_AT_OU_NT=AT&QS_O_AT_OU_NT=AT&QS_MHO=O&QS_Proximos=N&QS_CapAnt=12&QS_O_CapAnt=12&QS_QtdeVers=1>

Acesso em: 15 dez. 2017.

ANEXO



